

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUANA JARDIM AROSTEGUY DA ROSA

**DEFESA E DESENVOLVIMENTO:
ANÁLISE DOS CASOS DE REINO UNIDO, EUA E CHINA**

Porto Alegre

2016

LUANA JARDIM AROSTEGUY DA ROSA

**DEFESA E DESENVOLVIMENTO:
ANÁLISE DOS CASOS DE REINO UNIDO, EUA E CHINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

da Rosa, Luana Jardim Arosteguy
Defesa e Desenvolvimento: análise dos casos de
Reino Unido, EUA e China / Luana Jardim Arosteguy da
Rosa. -- 2016.
74 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Indústria de defesa. 2. Desenvolvimento. 3.
Reino Unido. 4. EUA. 5. China. I. Martins, José
Miguel Quedi, orient. II. Título.

LUANA JARDIM AROSTEGUY DA ROSA

**DEFESA E DESENVOLVIMENTO:
ANÁLISE DOS CASOS DE REINO UNIDO, EUA E CHINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso não seria possível sem o auxílio de diversas pessoas e instituições que contribuíram para minha formação. Cabe aqui demonstrar minha gratidão a todos.

Em primeiro lugar, agradeço à República Federativa do Brasil e a seus cidadãos que possibilitaram minha formação gratuita em uma universidade pública de extrema qualidade. Assim, também agradeço à UFRGS, à FCE, e a todo quadro de funcionários, servidores técnicos e professores que me proporcionaram cinco anos de intenso crescimento e aprendizado intelectual e pessoal.

Agradeço a todos os professores do DERI, especialmente aqueles com quem tive aula. Sem seus valiosos ensinamentos este trabalho não poderia sequer ter começado. Destaco aqui alguns nomes: meu orientador, Professor José Miguel Quedi Martins, por todos ensinamentos, principalmente aqueles acerca da importância da autonomia intelectual e pela inspiração de comprometimento com a construção de um Projeto Nacional para o Brasil. Também destaco aqui a Professora Glaucia Campregher, paraninfa da minha turma de formandos, por ter sido meu primeiro contato com o pensamento dialético, que mudou substancialmente minha maneira de olhar para o mundo. Agradeço também aos Professores Érico Duarte e Marco Cepik por terem aceitado compor a banca de avaliação deste trabalho.

Gostaria de agradecer também ao Curso de Relações Internacionais e ao comprometimento de meus colegas com a interação da universidade com a sociedade, através da realização de diversos Projetos de Extensão. Gostaria de destacar os amigos da Turma 9, por terem compartilhado comigo os momentos de desespero e alegria oferecidos pela graduação; conviver com vocês na sala de aula, nos momentos de diversão e até nas estradas da América do Sul, proporcionou um aprendizado diário que certamente me tornou uma pessoa melhor do que eu era.

Aos amigos, aqueles que compartilharam comigo a infância e adolescência em Dom Pedrito, no Horto, e aqueles que fiz na graduação. Cada um de vocês marcou a minha vida e transformou um pouquinho quem eu sou. De forma especial, agradeço aos “Amigxs”, por serem minha família tradicional brasileira, e aos “Gatos”, por terem passado comigo um ano do outro lado do mundo, na 中国, compartilhando uma experiência única e muitos quilômetros de estrada.

Gostaria de destacar também os colegas que integram o projeto “Contraponto: Debatedo Política nas Escolas”. Diante de uma conjuntura política tão difícil, esse projeto me proporcionou os momentos de maior esperança na nossa capacidade de construirmos uma sociedade mais justa.

Agradeço também a toda equipe de bolsistas e orientandos do Professor José Miguel, sem o auxílio e o trabalho coletivo de todos, a realização desse TCC não teria sido possível.

Agradeço ainda à minha família, principalmente aos meus pais e irmã pelo amor incondicional, pela dedicação constante e por serem aqueles que estão sempre prontos para me ajudar.

A todos os mestres de ballet que passaram por minha vida para ensinar o valor da disciplina, da determinação, do trabalho em equipe e que nossos maiores obstáculos podem estar em nós mesmos.

Ainda que a realização do presente trabalho não fosse possível sem o auxílio direto ou indireto de todas essas pessoas, cabe salientar que quaisquer falhas e imperfeições aqui encontradas são de inteira responsabilidade da autora.

"Si el pasado no tiene nada que decir al presente, la historia puede quedarse dormida, sin molestar, en el ropero donde el sistema guarda sus viejos disfraces. El sistema nos vacía la memoria, o nos llena la memoria de basura, y así nos enseña a repetir la historia en lugar de hacerla. Las tragedias se repiten como farsas, anunciaba la célebre profecía. Pero entre nosotros, es peor; las tragedias se repiten como tragedias."

Eduardo Galeano

“É neste sentido que só falo em subjetividade entre os seres que, inacabados, se tornaram capazes de saber-se inacabados, entre os seres que se fizeram aptos de ir mais além da determinação, reduzida, assim, a condicionamento e que, assumindo-se como objetos, porque condicionados, puderam arriscar-se como sujeitos, porque não determinados. Não há, por isso mesmo, como falar-se em subjetividade nas compreensões objetivistas mecanicistas nem tampouco nas subjetivistas da história. Só na história como possibilidade e não como determinação se percebe e se vive a subjetividade em sua dialética relação com a objetividade. É percebendo e vivendo a história como possibilidade que experimento plenamente a capacidade de comparar, de ajuizar, de escolher, de decidir, de romper. E é assim que mulheres e homens eticizam o mundo, podendo, por outro lado, tornar-se transgressores da própria ética. ”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a correlação existente entre (a) a Indústria de Defesa (b) a Estratégia de Desenvolvimento e (c) a Inserção Internacional, sendo essas as principais variáveis do estudo. Assim, realiza-se uma análise comparada entre três estudos de caso, são eles, Reino Unido (1870-1922), EUA (1930-1980) e China (1970-2000). Busca-se analisar o arranjo de seus complexos militares industriais e sua interação com a estratégia de desenvolvimento e inserção internacional do país. Acredita-se que a comparação entre os três casos – ainda que possuam diferenças significativas – permite extrair as seguintes hipóteses: (i) a indústria de defesa foi instrumento de aplicação de políticas sócio-econômicas; (ii) contribuiu para a obtenção do que Celso Furtado chamou de Centros de Decisão Econômica; e (iii) a conjunção do desenvolvimento econômico com a defesa e o fortalecimento militar serviu para manter (Inglaterra), ampliar (EUA) ou projetar (China) a inserção internacional do país nos períodos analisados. O trabalho está dividido em uma introdução, três capítulos, cada um referente a um estudo de caso, e uma conclusão. Na conclusão pretende-se verificar as hipóteses e extrair elementos importantes para o debate no Brasil acerca da construção de uma Base Industrial de Defesa como prescrito na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Palavras-chave: Indústria de Defesa; Estratégia de Desenvolvimento; Reino Unido; EUA; China

ABSTRACT

This work aims to investigate the correlation between (a) Defense Industry (b) Development Strategy and (c) International Insertion; these are the main variables of the study. For that, it is carried out a comparative analysis between three case studies, namely, United Kingdom (1870-1922), USA (1930-1980) and China (1970-2000). It seeks to analyze the arrangement of the industrial military complexes and its interaction with the development strategy and international insertion of the countries. It is believed that the comparison between the three cases - although they have significant differences - allows us to draw the following hypotheses: the defense industry was (i) an instrument for the application of socioeconomic policies; (ii) it contributed to the obtainment of what Celso Furtado called Economic Decision Centers; and (iii) the conjunction of economic development with the defense strengthening served to maintain (United Kingdom), expand (USA) or project (China) the country's international insertion in the analyzed periods. The paper is divided into an introduction, three chapters, each relating to a case study, and a conclusion. The conclusion is intended to verify the hypotheses and extract important elements for the debate in Brazil about the construction of a Defense Industrial Base as prescribed in the Brazilian National Defense Strategy.

Keywords: Defense Industry; Development Strategy; United Kingdom; USA; China

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 COMPLEXO MILITAR INDUSTRIAL DO REINO UNIDO (1870-1922): COURAÇADOS E EMPREGOS.....	17
2.1 Ascensão e queda da primazia industrial britânica.....	17
2.2 Indústria Naval: impactos econômicos e prolongamento da hegemonia.....	21
2.3 A financeirização e o declínio britânico.....	32
2.4 Conclusões Preliminares.....	34
3 COMPLEXO MILITAR INDUSTRIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1930-1980): PACTO SOCIAL NACIONAL E MUNDIAL.....	36
3.1 Das bases da ascensão dos EUA à Crise de 1929.....	36
3.2 Superação da crise: o papel dos gastos em defesa na reorganização do capitalismo.....	40
3.3 Mudanças nas bases de condução do capitalismo e reestruturação da Indústria de Defesa...48	
3.4 Conclusões Preliminares.....	52
4 COMPLEXO MILITAR INDUSTRIAL DA CHINA (1978-2000): O EXÉRCITO NO CENTRO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO.....	53
4.1 O papel do Exército de Libertação Popular na estratégia de desenvolvimento chinesa (1949-1970).....	53
4.2 O período Deng Xiaoping e a Transição Econômica: Complexo Militar de Negócios.....	57
4.3 A Indústria de Defesa após 1998: desenvolvimentos recentes.....	62
4.4 Conclusões Preliminares.....	65
5 CONCLUSÃO.....	66
6 REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral responder o seguinte problema de pesquisa: identificar a correlação existente entre (a) Base Industrial de Defesa (BID), (b) desenvolvimento econômico e (c) Inserção Internacional, sendo estas as principais variáveis do trabalho. Para isso, realizar-se-á três estudos de caso, buscando analisar os arranjos dos Complexos Militares Industriais de Reino Unido, Estados Unidos e China em períodos delimitados. Para identificar a correlação entre as variáveis, em cada caso, busca-se responder as seguintes perguntas: (i) como os gastos em defesa impactaram os níveis de emprego e renda da economia, (ii) como esses gastos impactaram a aquisição de tecnologias, tendo como referencial empírico as indústrias naval e aeroespacial e (iii) qual o impacto que o desenvolvimento econômico e a modernização militar tiveram na posição ocupada por cada país no sistema internacional.

Acredita-se que, dos três casos, ainda que com diferenças significativas, possam-se extrair as seguintes hipóteses: (i) a indústria de defesa foi instrumento de aplicação de políticas socioeconômicas; (ii) serviu para a obtenção do que Celso Furtado chamou de Centros de Decisão Econômica; e (iii) a conjunção das políticas de defesa com a estratégia de desenvolvimento foram efetivas para manter (Reino Unido), ampliar (EUA) ou projetar (China) a inserção internacional de cada país nos períodos analisados.

Diversos autores importantes no campo das Relações Internacionais buscaram estabelecer relações entre o poder econômico, o poder militar e as dinâmicas de ascensão e queda dos principais atores do Sistema Internacional. Cabe nesta introdução identificar brevemente suas contribuições de modo a extrair o que é necessário para a compreensão do sentido deste trabalho.

Paul Kennedy (1989), em um de seus trabalhos mais conhecidos, o livro *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, trata da história das potências que se destacaram como hegemônias no Sistema Internacional de 1500 até 2000, especialmente, devido a seu poder econômico e naval. O autor identifica que a ascensão das principais potências no Sistema Internacional esteve estreitamente relacionada à correlação entre duas variáveis: (a) capacidade produtiva e criadora de receitas e (b) poder militar.

Uma importante questão por trás do livro é entender também por que as Potências do sistema foram perdendo seu poder e influência sobre os outros atores e, tendencialmente, acabaram substituídas por outras potências mais fortes na esfera internacional. Nesse sentido, o autor identifica que a manutenção da supremacia militar demandava um dispêndio, por parte

do Estado, que acabava por enfraquece-lo economicamente. A reação a um cenário de enfraquecimento tenderia a ser maiores gastos com defesa que aceleravam o processo de enfraquecimento e desviavam os recursos de serem investidos em outros setores. Essa seria, grosso modo, a causa da queda das grandes potências.

Outra variável que também está em evidência na análise de Kennedy é a transição tecnológica: para manter sua posição no sistema internacional, as nações deveriam encontrar um equilíbrio entre seus investimentos no setor militar com incentivos ao desenvolvimento de tecnologias que permitissem sustentar o desenvolvimento econômico. Ou seja, seria necessário manter um balanço entre os investimentos em defesa, o papel do consumo e outros investimentos para que o Estado fosse capaz de manter sua posição no cenário internacional.

Com base nessas ideias, faz-se um paralelo entre a análise de Paul Kennedy, sobre a ascensão e a queda das grandes potências, com o estudo de Giovanni Arrighi (1996), sobre os ciclos sistêmicos de acumulação. As duas análises parecem ter uma semelhança: o fato de as hegemonias no sistema serem, ao mesmo tempo, potência econômica e naval. A análise de Arrighi, entretanto, difere da de Kennedy ao inserir a ideia de que a hegemonia entra em queda quando o seu ciclo de acumulação passa para a fase de expansão financeira. Ou seja, há uma mudança na própria esfera produtiva na estrutura do hegemom, o que contribui para o seu declínio. Assim, os ciclos teriam três fases: (a) primeiramente, a expansão financeira sinaliza a crise do antigo regime de acumulação, (b) em um segundo momento, ocorre uma substancial expansão material da economia, baseada em um novo núcleo, que passa a ser o centro do Sistema Internacional e (c) por fim, a expansão financeira daquele que era o novo centro, acaba destruindo as estruturas daquele regime.

Já Robert Gilpin (2002), ao analisar as transformações da Economia Política Global, identifica que as inovações tecnológicas, responsáveis pelas principais alterações nos rumos da atividade econômica, tiveram suas origens relacionadas ao processo de preparação militar – sendo a preparação militar muito mais relevante que a guerra em si nesse processo (GILPIN, 2002, p. 127-129).

As ideias desses três autores embasam a coerência de conduzir-se um estudo que tem por objetivo relacionar, não o poder militar em si, mas a configuração da indústria de defesa como possível agente de desenvolvimento e amparadora da inserção internacional. Assim, o que se procura evidenciar, então, é que os gastos em defesa tiveram um papel importante na dinamização do processo de expansão material das economias e, além disso, no estímulo à aquisição de tecnologias importantes.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessário identificar os principais conceitos que tornam o estudo de Complexos Militares-Industriais relevantes para as Relações Internacionais de uma perspectiva brasileira. Assim, procura-se explicitar agora qual o conceito de desenvolvimento adotado por este trabalho; por que se acredita aqui na manutenção da relevância da indústria no processo de desenvolvimento; e, por fim, quais as especificidades da indústria de defesa que embasam a ideia de que ela pode ser um instrumento gerador de externalidades positivas no processo de expansão econômica.

Em primeiro lugar, o conceito de desenvolvimento a que se refere este trabalho é baseado em Celso Furtado. Para esse autor, o processo de desenvolvimento, que levou a formação das sociedades modernas ou industriais, é baseado na acumulação de capital (FURTADO, 1964, p.61), mas não depende só dela.

Apoia-se este, igualmente, na força dinâmica que surge nas sociedades sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida. Se o incremento do produto, decorrente da acumulação, permanecesse indefinidamente centrado nas mãos dos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação. É porque parte apreciável desse novo produto se distribui entre as massas trabalhadoras, que o desenvolvimento pode seguir adiante (FURTADO, 1964, p. 62)

Assim, o desenvolvimento não pode ser visto como como uma mera expansão do produto, mas como um processo de incorporação e propagação de novas técnicas que implica em modificações estruturais nos sistemas de produção e de distribuição. Nas palavras do autor:

Sendo fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, implica modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição. A forma como se efetivam essas modificações depende, em boa medida, do grau de flexibilidade do marco institucional dentro do qual opera a economia. (FURTADO, 1964, p.61)

Além disso, é importante ressaltar que para esse autor, o processo de desenvolvimento diz respeito ao impacto que a expansão da economia nacional incide sobre o nível de bem-estar social dos cidadãos (FURTADO, 1984). Além disso, nessa perspectiva, a tecnologia adquire um caráter de suma importância para o processo de desenvolvimento, evidenciado pelo trecho que segue:

Parecia haver um consenso geral de que esse parâmetro em permanente modificação nas sociedades modernas é a técnica. Por um processo cumulativo ou de causação circular idêntico ao descrito por Myrdal, as inovações tecnológicas põem em marcha uma série de reações que passam a reproduzir-se ad infinitum: causam um aumento na produtividade média do sistema, que por sua vez causa maior disponibilidade de bens e serviços, que por sua vez causa maior impulso ao desenvolvimento científico, que por sua vez causa novos avanços tecnológicos...(FURTADO, 1964, p.21)

Em síntese, a ideia de desenvolvimento usada neste trabalho diz respeito a ocorrência de uma transição tecnológica, que modifica estruturalmente o processo produtivo e distributivo e impacta, através da expansão da economia nacional nos níveis de bem-estar social (FURTADO, 1964; FURTADO, 1984).

Outro conceito de Furtado que será usado aqui é o de Centro de Decisão Econômica (FURTADO, 1962). Esse conceito diz respeito a técnicas de produção ou tecnologias que, a seu tempo, são determinantes para a dinâmica da economia. Quando um Estado é capaz de internalizar um Centro de Decisão Econômica, ele passa a ter a “faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984, p.106-107). Isso permite que o centro dinâmico da economia esteja localizado internamente, diminuindo a vulnerabilidade à crises e mudanças do setor externo. Assim, a aquisição dessas tecnologias específicas tem relevância crucial para o processo de desenvolvimento.

Com base nessa perspectiva de desenvolvimento, busca-se demonstrar agora a relevância do setor industrial dentro desse processo. O conceito de Sociedades Industriais em Aron (1981) diz respeito às sociedades em que a indústria representa a forma de produção mais característica, sendo a ciência a ela aplicada para gerar o aumento da produtividade e da renda per capita da coletividade (ARON, 1981, p.73, 129). Aron identifica que essa foi a característica comum e necessária à ascensão das duas Grandes Potências que se opuseram na Guerra Fria, EUA e URSS, mesmo com suas diferenças organizacionais e políticas (ARON, 1981; ARON, 2002).

Celso Furtado elucida essa diferença de outra maneira. Para ele, entre esses dois tipos de economia moderna (ou Sociedades Industriais, em Aron) haveria diferença nas especificidades do processo de acumulação de capital. Nas economias planificadas a acumulação decorre de um ato deliberado de política econômica, enquanto que no capitalismo ocidental a acumulação derivaria de uma autolimitação gerada pela distribuição de renda desigual (FURTADO, 1964, p.61).

A interpretação de Nicholas Kaldor (1966) é uma das mais relevantes aqui, no sentido de justificar a relevância da indústria na economia. Segundo esse autor, as diferenças nas taxas de crescimento dos diferentes setores da economia estariam associadas às diferenças nas taxas de produtividade. Desse modo, com o nível de produtividade da indústria sendo mais alto que os demais, um aumento de produtividade industrial elevaria a produtividade média da economia. Isso porque o setor industrial consistiria no *locus* de desenvolvimento da maioria das inovações tecnológicas que possibilitam o aumento de produtividade (KALDOR, 1966).

Além disso, destaca-se aqui duas outras características do setor industrial apontadas pelo autor. As economias de escala, que fariam com que a produtividade tendesse a crescer à medida que o produto aumentasse. Essa relação seria dinâmica, e não estática, devido ao progresso tecnológico. Além disso, a indústria possuiria um dinamismo intersetorial manifestado nas externalidades positivas que transmite aos demais setores da economia. Ou seja, a absorção pela indústria de produtos primários e a contratação de serviços geraria um efeito de transbordamento de seu dinamismo para os demais setores (KALDOR, 1966; SQUEFF, 2012, p. 8).

Nesse sentido, em países como o Brasil, aflora a ideia da industrialização como meio de superação do subdesenvolvimento e construção de uma sociedade moderna. Na América Latina, essa bandeira seria levantada pela CEPAL, criada ainda em 1948, especialmente pela defesa do modelo de substituição de importações. Um dos nomes mais conhecidos da CEPAL, Raúl Prebisch (1950), evidenciou a importância da industrialização na ideia de deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas em relação aos produtos manufaturados, que geraria um obstáculo a manutenção dos modelos de crescimento baseados em recursos naturais.

O fim da Guerra Fria e a crise do modelo substitutivo de importações, porém, deram lugar às interpretações da globalização e a ideia de que a interdependência entre as economias tornaria “obsoletas” as fronteiras nacionais. A essa interpretação coadunou-se a visão da desindustrialização como um processo “natural” em economias desenvolvidas, que passavam a ter a maior participação do emprego total e do valor agregado no setor de serviços (SQUEFF, 2012, p. 9).

Essa interpretação, entretanto, parece não ter encontrado base empírica, na medida em que se viu que os países que ascendiam eram os chamados Novos Países Industriais (NICs). Os processos de integração regional, por outro lado, apesar de coadunarem-se à tese da obsolescência da fronteira nacional, parecem representar mais uma expansão do que uma anulação dessas fronteiras, o que é evidenciado pela adoção das TECs (tarifa externa comum), por exemplo, como meio de proteção de determinadas atividades econômicas dos blocos. A ascensão da economia da China e a pujança de sua indústria também corrobora com essa visão.

Ademais, a atual crise brasileira, e os debates sobre a desindustrialização representariam mais uma evidência a favor do argumento da industrialização como característica necessária a qualquer Estado que buscasse melhorar sua posição no Sistema Internacional. Segundo Gabriel Squeff (2012), o problema da desindustrialização no Brasil é controverso, havendo diferentes conclusões possíveis a depender dos indicadores utilizados. Entretanto, não se pode negar que

a reprimarização da economia a torna mais vulnerável a crises e externas e, assim, dificilmente poderá sustentar um ciclo de crescimento por tempo significativo.

No que concerne à indústria de defesa, mais especificamente, indica-se aqui alguns dos aspectos que consideramos mais relevantes para esse trabalho. A questão da indústria de defesa é intrinsecamente controversa, uma vez que envolve questões que vão desde a segurança nacional como proteção para o Estado e seus cidadãos, passando por questões econômicas que dizem respeito à alocação de recursos, chegando até mesmo a discussão de questões morais e éticas. Assim, no campo da Economia de Defesa, existem alguns estudos que enfatizam o gasto público com defesa como um desvio de recursos que poderiam ser investidos em indústrias de exportação e, além disso, um desvio também na orientação do desenvolvimento tecnológico, que se afastaria de suas funções comerciais. Por outro lado, também existem os estudos que indicam a grande relevância da defesa no emprego, tanto nas próprias Forças Armadas quanto na indústria, com geração de postos qualificados e incentivos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Nessa perspectiva adquire relevância o papel social das Forças Armadas, através dos serviços de treinamento e de disciplina e da própria construção de infraestrutura estatal (HARTLEY, 2011; PEDEN, 2007).

Estudos empíricos empreendidos por Keith Hartley e John Singleton demonstram que, do ponto de vista econômico, os efeitos dos gastos em defesa variam significativamente de caso a caso. Assim que a existência de desemprego ou subemprego na economia tornam o investimento em defesa um importante dinamizador, uma vez que o governo pode usar seu poder de compra para aquisição de equipamentos complexos que geram demanda desde itens simples como alimentos e baterias até produtos muito mais complexos, incentivando ainda à P&D, gerando tecnologias que encontram importante uso civil (HARTLEY, 2011; PEDEN, 2007).

Assim, o que orienta esse trabalho é a busca por identificar a importância da indústria de defesa, a partir dessa última perspectiva apresentada, nos três estudos de caso escolhidos – Reino Unido, do final do século XIX ao início do XX; EUA do pós-Crise de 29 até a década de 1980; e China, da abertura econômica até os primeiros anos do século XXI.

Este trabalho pretende se justificar por razões acadêmicas e sociais. Academicamente, justifica-se o esforço pelo embasamento teórico apresentado acima e, ainda, por buscar a compreensão da conexão entre gastos em defesa, desenvolvimento socioeconômico e inserção internacional a partir da análise dos casos em que essa correlação está mais evidente na medida em que cada um desses Estados possui ou possuiu, no período analisado, relevante poder

econômico e militar e que esse poder impactou mais significativamente na posição que cada um desses Estados ocupou ou passou a ocupar no Sistema Internacional.

Socialmente, a pretensão do trabalho é que ele sirva como contribuição para os debates do caso brasileiro. Isso porque está em consonância com a formulação contida na legislação brasileira, que indica a importância de uma indústria nacional de defesa para a estratégia de desenvolvimento econômico e a inserção internacional do país. Esta formulação está presente na Política Nacional de Defesa (nº 5484/2005), no SINAMOB (nº 11.631/2007 e nº 6.592/2008), e principalmente, de forma mais explícita, na Estratégia Nacional de Defesa (END) (nº 6703/2008) e no Livro Branco de Defesa Nacional (nº 7438/2011).

Assim, importa destacar nessa justificativa o conceito de Semiperiferia. Arrighi (1998) considera que a Semiperiferia é caracterizada, essencialmente por seu posicionamento na divisão internacional do trabalho. A partir das obras de Wallerstein (1979, 1984 e 1985) Arrighi concebe que a semiperiferia seria uma região que agrega características, ao mesmo tempo, do núcleo orgânico do capitalismo e da periferia, mas que não se caracteriza nem como *locus* de acumulação nem de exploração, possuindo uma posição intermediária (ARRIGHI, 1998, p. 140). Fazendo uma operacionalização do conceito para fins desse trabalho, estabelece-se que este possui duas esferas: (a) a econômica e (b) a de poder. Na esfera econômica, considera-se que a Semiperiferia está constituída pelas regiões que, apesar de possuírem características de Sociedades Industriais ou modernas (na concepção apresentada no Marco Teórico), não sendo meros exportadores de matérias primas, não conseguiram internalizar o que Celso Furtado (1962) chamou de Centro de Decisão Econômica. Na esfera de poder, estabelece-se que os Estados da Semiperiferia são aqueles que Sennes (2003) chamou de Potências Médias: encontrando-se em uma posição intermediária na relação inter-Estados, esses atores têm capacidade de afetar o sistema, mas não de alterá-lo, além de serem fortemente engajados em suas regiões (SENNES, 2003, p. 25).

Em resumo, justifica-se que a superação da posição de Semiperiferia ou Potência Média do Brasil no Sistema Internacional depende de uma estratégia de desenvolvimento que seja capaz de fazer o país internalizar o Centro de Decisão referente à última Revolução Industrial (tecnológica, microeletrônica). Assim, em consonância com o que está formulado na END, acredita-se no desenvolvimento de uma política de defesa que se adapte às necessidades brasileiras, tendo em vista três aspectos fundamentais: (a) a modernização das Forças Armadas e a obtenção dos sistemas necessários para a defesa de nossa soberania, de modo que (b) o investimento no setor militar esteja inserido em uma estratégia de desenvolvimento econômico que busque a entronização dos Centros Dinâmicos da economia e a geração de emprego e renda;

e que, (c) ao fortalecer as capacidades do Brasil, produza uma inserção mais autônoma e ativa no Sistema Internacional. Desse modo, o país poderia cumprir seu papel na construção de um mundo multipolar, especialmente através da integração regional, via UNASUL e Mercosul, e pela cooperação com os BRICS e outros países emergentes.

No que concerne à metodologia adotada no trabalho, primeiramente, na presente introdução, buscou-se construir um marco teórico que demonstra a possibilidade de encontrar correlações entre as variáveis do trabalho (lembrando, Base Industrial de Defesa (BID), desenvolvimento econômico e Inserção Internacional), utilizando-se de revisão bibliográfica. Logo após, nos capítulos seguintes, parte-se para uma revisão de bibliografia que permita fazer uma análise descritiva e histórica dos três casos analisados. Na conclusão, utiliza-se da comparação para identificar a validação das hipóteses, e extrair assunções gerais e diferenças significativas entre os casos, que pretendem contribuir com o debate de forma mais geral, tornando possível que se extraiam questões importantes para o caso brasileiro.

Para além desta introdução, o presente trabalho está composto de mais três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo empreende-se a descrição do caso do Reino Unido, no segundo, do caso dos Estados Unidos da América e, no terceiro, da República Popular da China. Finaliza-se o trabalho com as conclusões e demais considerações finais.

2 O COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL DO REINO UNIDO (1870-1922): COURAÇADOS E EMPREGOS

Este capítulo busca reconstruir brevemente a ascensão britânica como hegemonia no sistema internacional afim de identificar suas bases e o desafio que lhe foi imposto com a Grande Depressão de 1873-1896. Assim, objetiva-se demonstrar como, naquele contexto, as contratações da indústria naval representaram um reaquecimento econômico e uma tomada de fôlego que prolongou a manutenção da posição privilegiada da Grã-Bretanha no sistema internacional através da aposta na supremacia naval. Por outro lado, as consequências da eclosão da Primeira Guerra Mundial e a opção pelas altas finanças como meio de manter a inserção internacional britânica acabaram por representar o declínio da Marinha Real e, por conseguinte, da indústria e do poderio global britânico.

Este capítulo está dividido cronologicamente em três sessões: a primeira busca reconstruir as bases da ascensão da Inglaterra como hegemonia no sistema e identificar o desafio que lhe é imposto pela disseminação de técnicas industriais para outras partes do globo; a segunda objetiva indicar, no contexto desse desafio, qual o papel da indústria naval na retomada da Grã-Bretanha de seu lugar privilegiado no cenário global. Por fim, busca-se identificar as causas do declínio britânico e relacionar esse fato a renúncia da indústria (especialmente a naval) e a opção por tentar manter a superioridade apenas através de uma moeda forte e da credibilidade financeira.

2.1 Ascensão e queda da primazia industrial britânica

A ascensão britânica como hegemonia no sistema internacional no século XIX esteve diretamente relacionada à busca pela transformação da Inglaterra em um Estado territorialista. Segundo Arrighi (1996, p. 188-190), para fazer uso de sua posição geográfica privilegiada, a Inglaterra passou por um processo histórico que se iniciou com as Guerras das Rosas¹ (1455-1485), conflitos decorrentes da expulsão dos ingleses da França ao final da Guerra dos Cem Anos. Ao final, quando a monarquia inglesa finalmente se consolidou, com a vitória da dinastia dos Tudor em 1485, a Inglaterra encontrava-se marginalizada dos acontecimentos europeus. A necessidade de se territorializar, então, traduziu-se nos processos de fusão das comunidades políticas que integravam as ilhas britânicas, tanto através do uso de meios pacíficos – como

¹ A Guerra das Rosas consistiu em uma série de lutas entre dinastias que disputavam o trono da Inglaterra.

extensão de direitos – no caso da Escócia, quanto de meios violentos, empregados na conquista da Irlanda² e que culminaram nos Atos de União de 1707 e 1800, respectivamente.

O expansionismo britânico não ficou restrito ao mundo europeu, mas foi lançado aos oceanos com a liderança na introdução dos grandes navios de guerra equipados com armas de fogo. Assim, o desenvolvimento do capitalismo inglês assentou-se no imperialismo e no industrialismo como aspectos integrantes da reprodução ampliada do capital. Ou seja, a internalização dos custos de produção, cuja expressão principal foi o industrialismo, foi possibilitada pela expansão territorial (ARRIGHI, 1996, p. 181).

A tradução da expansão industrial em riqueza e poder nacionais numa economia capitalista associam-se ao avanço nas atividades de alto valor agregado, permitindo que o capital se acumule mais depressa nos países em processo de industrialização do que nos demais, e reproduzindo as estruturas que respaldam sua auto expansão. No caso inglês, isso se refletiu no direcionamento das atividades produtivas para os artigos de luxo e indústria de armamentos (ARRIGHI, 1996, p. 199).

Desse modo, como conta Arrighi (1996, p. 164), entre 1780 e 1783 a Grã-Bretanha passou a emergir das cinzas da crise do segundo ciclo sistêmico de acumulação, que contava com a supremacia financeira holandesa. Londres então surgiu como novo centro de acumulação de capital, com a economia britânica entrando em uma fase de expansão material (DM) de seu ciclo econômico. Esse fato refletiu-se na expansão de gastos públicos. Se em 1783 75% do orçamento público da Grã-Bretanha era direcionado ao pagamento de juros e amortizações da dívida, entre 1792 e 1815 foi possível aumentar os gastos públicos em quase seis vezes, tanto através de uma inflação interna indiretamente induzida quanto, principalmente, pela contração de novos empréstimos.

Como resultado dessa expansão de gastos públicos, a indústria britânica de bens de capital passou por um grande crescimento. O setor siderúrgico, em especial, adquiriu uma capacidade produtiva que superava muito as necessidades da época, o que acabou fazendo com que surgissem incentivos à busca por novos usos aos grandes fornos daquelas indústrias (MCNEILL, 1982b, p.211). As vias férreas e os navios de aço foram as oportunidades encontradas para utilização da capacidade produtiva estabelecida.

O desenvolvimento industrial e as modificações técnicas culminaram em um período de crescimento da economia internacional. Por volta de 1840, os lucros obtidos na produção de

² Desde o período posterior a Guerra das Rosas, Henrique VIII e seus sucessores passaram a dispensar atenção especial às questões que diziam respeito à Irlanda. Para os protestantes ingleses, a Irlanda Católica Romana representava um canal aberto à aproximação da Espanha (BARKER, 1979, p. 11-12).

novos bens de capital para o mercado interno do Reino Unido passaram a se tornar decrescentes. Entretanto, a liberalização unilateral do comércio britânico criou condições de expansão mundial. A demanda externa pelos bens de capital britânicos gerava uma pressão para o aumento da produção de insumos primários para serem vendidos na Grã-Bretanha. Essas tendências fizeram com que houvesse uma aceleração na expansão material do capital que teve como resultado a globalização da economia mundial capitalista. O principal beneficiário dessas transformações e também da relativa estabilidade em que se encontrava o sistema de grandes potências da época foi o Reino Unido que tanto em termos de capacidade produtiva quanto de influência mundial atinge um auge na década de 1860 (ARRIGHI, 1996; KENNEDY, 1989).

Por volta de 1870, entretanto, iniciou-se um processo de erosão da segurança estratégica da Grã-Bretanha. A chamada Grande Depressão de 1873-1896³ se caracterizou como um período prolongado de violenta competição de preços, que estava associado à difusão das técnicas industriais das ilhas britânicas para outras localidades. Ainda que alguns autores considerem que essa Grande Depressão foi um “mito” já que a produção e o comércio tanto mundial quanto britânico ainda se expandiam, Arrighi (1996) coloca que foi justamente a rápida expansão da produção e a intensa competição de preços que não permitiram a manutenção das taxas de lucros. Essa queda prolongada de preços, lucros e taxas de juros não cessaria antes da década de 1890. De qualquer forma, o que importa para este estudo é o fato de que, em termos relativos, nesse período a Grã-Bretanha passou a perder sua primazia no setor industrial. Desde 1850, EUA e Alemanha já começavam a competir com os britânicos em alguns setores e em 1870, os Estados Unidos possuíam 23% da produção industrial do mundo e a Alemanha, por sua vez, possuía 13% do total (ARRIGHI, 1996; BRASSEUL, 2010; HOBBSAWM, 2003; MCNEILL, 1982b; SPECK, 2013).

Tabela 1: Parcelas relativas de produção manufatureira mundial (1830-1900)

País \ Ano	1830	1860	1880	1900
Reino Unido	9,5	19,9	22,9	18,5
Alemanha	3,5	4,9	8,5	13,2
Estados Unidos	2,4	7,2	14,7	23,6

Fonte: Elaboração própria com dados da tabela de Kennedy (1989, p. 148).

É importante ressaltar que as transformações pelas quais passaram a economia e o setor industrial nos 1800 tiveram impacto significativo para o segmento estratégico-militar. A chamada industrialização da Guerra, segundo McNeill (1982a), pode ser datada de meados do

³ A Grande Depressão de 1873-1896 foi um processo que teve início com o craque da bolsa de Viena (BRASSEUL, 2010, p. 201).

século XIX, quando as estradas de ferro, a automação da produção em massa, técnicas, insumos e recursos industriais passam a ser sistematicamente aplicadas na preparação militar e na guerra em si. Desse modo, os conflitos armados que ocorreram no período, como por exemplo a Guerra Civil Americana ou a Guerra da Criméia, demonstraram que os derrotados eram os que não dispunham de uma base industrial produtiva capaz de manter suas Forças Armadas (MCNEILL, 1982a; KENNEDY, 1989).

Assim sendo, a erosão da primazia industrial britânica da década de 1870 era também uma ameaça para sua segurança estratégica. A difusão tecnológica permitiu que os EUA e a Alemanha passassem a representar grandes competidores especialmente no setor da produção de aço. Nesses dois últimos países, a incorporação do Processo Bessemer⁴ teve consequências importantes na indústria bélica. Como principal exemplo, cita-se a produção em massa dos canhões Krupp, na Alemanha (MCNEILL, 1982b, p.265-267).

Esse processo de difusão tecnológica também ameaçava a superioridade naval britânica. Os estaleiros navais privados tiveram papel crucial nessa questão, já que sua capacidade de permanência no mercado dependia de um volume muito maior de vendas do que a demanda do mercado interno do Reino Unido, gerando uma necessidade de entrada no mercado externo. Além disso, em meados de 1870, ocorrera um barateamento das importações britânicas, devido à diminuição dos custos de transporte, e a produção agrícola interna tornou-se mais custosa, devido à ausência de tarifas. A importação de commodities – vindas dos EUA, Argentina e Austrália, principalmente – como trigo e outros alimentos, apesar de baratarem o custo de vida, beneficiando a classe trabalhadora urbana, acabava representando o aumento de vulnerabilidade externa. Nos anos 1880, 65% dos grãos consumidos na Grã-Bretanha vinham de além mar. Acreditava-se, assim, que uma frota inimiga de cruzadores seria capaz de interceptar esse comércio, levando a população à fome em poucos meses. Nesse sentido, renovou-se a rivalidade naval com a França, que passou a ver na produção de lanchas, torpedeiros e cruzadores leves – vasos mais baratos – a possibilidade de anular a proeminência naval da Grã-Bretanha.⁵ (MCNEILL, 1982b, p.262-263)

Esse quadro em que a indústria britânica passa a ser sobrepujada por seus competidores demonstra também a aproximação que o setor financeiro possuía em relação ao governo. A

⁴ O Processo Bessemer, inovação de 1856, foi o primeiro processo industrial de baixo custo que possibilitava a produção em massa de aço a partir de ferro gusa fundido. A partir dessa nova técnica, passou a ser possível produzir cerca de 5 a 10 toneladas de aço em 30 minutos (processos anteriores produziam aproximadamente 20 quilos em 10 dias) (BRASSEUL, 2010, p.187).

⁵ Essa visão estava ligada a interpretação de estratégia naval de Julian Corbett, hoje resumida no conceito de Controle do Mar.

prevalência dos interesses comerciais e da filosofia do liberalismo (*laissez-faire*) impediu que o governo atendesse aos apelos de proteção do setor industrial. Desse modo, o setor se defende com uma redução salarial de seus empregados. Esse fato geraria um grande estímulo aos movimentos trabalhistas e ao surgimento de novos sindicatos que reivindicavam ao governo melhores condições de trabalho. A força que ganhou o trabalhismo se deveu especialmente ao rápido crescimento das cidades industriais e da urbanização do período, que acentuaram a polarização da sociedade dividida em classes (SPECK, 2013, p.67-76).

Entretanto, um processo de recuperação do setor industrial britânico se iniciaria com os esforços do Capitão John Fisher, que começou a publicar uma série de artigos, como o “A verdade sobre a Marinha”, de setembro 1884, que argumentava que a supremacia naval britânica já era praticamente inexistente. Isso gerou um grande “frisson” no país, e o governo passou a responder com uma série de incrementos orçamentários. Críticos argumentavam, porém, que isso geraria apenas uma corrida naval que faria aumentar o declínio naval britânico. O ponto central dos artigos, no entanto, apontava para a possibilidade de superar a fase de depressão pela qual passava a economia – mais especificamente o setor industrial – construindo os navios necessários para manter a superioridade britânica e gerando empregos, através de contratos com estaleiros privados, com o que o governo não fosse capaz de suprir (MCNEILL, 1982b, p. 268-269).

2.2 Indústria Naval: impactos econômicos e prolongamento da hegemonia

Em 1883, Fisher tornou-se comandante da Escola de Artilharia Naval em Portsmouth, a partir de onde começou sua jornada nas questões da alta política em 1884. Como responsável pelo melhoramento da artilharia naval, Fisher acreditava que o estímulo à competitividade entre o Arsenal Real Woolwich e as fábricas privadas era o melhor caminho para alcançar um resultado ótimo na produção naval. Em 1886, o capitão tornou-se diretor de artilharia naval e acordou o direito legal de negociar com empresas privadas qualquer artigo que o Arsenal Real não fosse capaz de produzir de forma mais rápida ou barata (MCNEILL, 1982b, p. 270-271).

Desse modo, as empresas privadas acabaram obtendo um monopólio da produção de armamentos navais pesados, devido às economias de escala. Para suprir a produção dos grandes armamentos de aço que passariam a equipar os navios, a Armstrong investiu em novos equipamentos para produção de aço e estaleiros navais. Isso enquanto o Arsenal Real Woolwich recém começava a manufaturar armamentos de carregamento pela culatra. Além disso, a necessidade de extrapolar a demanda nacional e inserir-se no mercado internacional de modo a

baratear os altos custos de produção tornaria o hiato entre o Arsenal Real e as empresas privadas praticamente insuperável (MCNEILL, 1982b, p. 271).

Essa configuração de mercado era o que havia dado à Liège o papel dominante no comércio de armas europeu entre os séculos XV e XIX. No curso do século XVIII, as principais potências europeias haviam estabelecido arsenais em que as máquinas de fundição de armas ficavam ociosas a maior parte do tempo, mas que tinham objetivo de conferir soberania total sobre a fabricação de suas artilharias. Em seguida, em meados do século XIX, a Prússia, a mais pobre das grandes potências, e a Rússia, a menos industrializada delas, complementaram a produção de seus arsenais com compras da Krupp. Na França e Grã-Bretanha, entretanto, os arsenais estatais mantiveram seu monopólio oficial até a década de 1880. A Woolwich tinha investido em novas máquinas para a produção de grandes armas de ferro forjado para a Marinha Real desde os anos 1860. Mas a mudança para o aço escalou os custos tão de repente e drasticamente que as autoridades responsáveis se recusaram a investir nas novas instalações necessárias (MCNEILL, 1982b, p. 271).

Assim, em 1886, permitiu-se que a Armstrong e, depois de 1888, a Vickers pudessem entrar sistematicamente nessa produção de modo que foi possível acompanhar o ritmo explosivo da mudança tecnológica resultante da nova forma de interação naval-industrial que prevaleceu durante os trinta anos entre 1884 e 1914 (MCNEILL, 1982b, p. 272).

Ainda assim, a Woolwich e os Estaleiros Navais Reais continuaram a fazer uma grande quantidade de trabalho para a marinha. Entre 1881 e 1890, as firmas privadas contavam com 35,7% da despesa total da Marinha para munições. Mas a proporção de contratos para firmas privadas aumentou de forma constante, chegando a 46,1% entre 1890 e 1900 e 58,5% entre 1900 e 1910 (TREBILCOCK, 1969, p. 480).

Os atritos que giravam em torno da complexidade da relação estabelecida entre os oficiais da marinha e os gerentes das firmas privadas, com eventuais acusações de má-fé, não impediram, todavia, a prevalência da colaboração em uma miríade de questões em comum, como projetar novos e melhores navios de guerra. Com efeito, uma pequena empresa de tecnocratas construiu uma ponte através do abismo que havia anteriormente dividido os oficiais navais do mundo dos negócios. Segundo McNeill, criou-se assim

um meio pelo qual as novas potencialidades da política democrática e parlamentar poderiam ser realizadas na forma de sucessivas gerações de novos armamentos, cada um mais formidável, mais caro, e mais importante para a economia nacional do que seu antecessor (MCNEILL, 1982b, p. 274)⁶.

⁶ Do original em inglês, “they provided a means whereby the new potentialities of democratic and parliamentary politics could be realized in the form of successive generations of new weaponry, each more formidable, more costly, and more important for the national economy as a whole than its predecessor.” (MCNEILL, 1982b, p. 274)

Em 1888, os franceses adentraram em uma campanha de construção naval de larga escala que não se limitava mais a torpedeiros e cruzadores, em parte, desencadeada por uma onda de chauvinismo no país. Assim, um dos soldados mais respeitados da Grã-Bretanha, Lord Wolseley, anunciou na Câmara dos Lordes que enquanto a Marinha fosse tão fraca como era naquele momento, o exército não poderia assegurar nem mesmo a segurança de Londres. O primeiro-ministro, Lord Salisbury, convenceu-se de que havia circunstâncias sob as quais uma invasão francesa poderia ser possível (MCNEILL, 1982b, p. 275).

O que mais afetara o pensamento do governo, no entanto, foi o cálculo estratégico de que as frotas francesas e russas, agindo em conjunto, poderiam ser capazes de retirar a Marinha Real do Mediterrâneo. Além disso, políticos conservadores como George Hamilton, Primeiro Lorde do Almirantado⁷ (1886-1892), reconheceu que as dotações no orçamento naval eram populares e poderiam ajudar o partido nas urnas (MCNEILL, 1982b, p. 275).

As ampliações no direito de voto, que haviam aumentado o eleitorado, lograram alterar a dinâmica da política. O Franchise Act de 1884 possibilitou um aumento do eleitorado na Inglaterra e no País de Gales de 2,6 milhões para 4,4 milhões. Na Escócia conferiu-se direito de voto a cerca de 60% da população do sexo masculino, enquanto na Irlanda o aumento possibilitou a participação política de 50% da população masculina (SPECK, 2013, p.119).

A depressão na economia e o aumento do desemprego, em vez de tornarem as contratações para construção naval e os gastos por parte do governo mais difíceis de passarem pelo Parlamento, pelo contrário, tornaram essas despesas ainda mais urgentes e atrativas, pois representavam geração de empregos. A produção de armas, assim, poderia restaurar, ao mesmo tempo, os salários e os lucros e fortalecer a posição internacional da Grã-Bretanha. Em termos de custo político, a relutância dos contribuintes para pagar por isso havia se tornado menos relevante, porque grande parte do eleitorado então acreditava que os mais ricos poderiam e deveriam pagar essa conta (MCNEILL, 1982b, p. 270).

Desse modo, em 1889, quando o programa de construção naval que havia iniciado em 1884 expirou, a Lei da Defesa Naval⁸ foi introduzida pelo governo. Esta disponibilizava 21,5 milhões de libras para a construção naval, quase quatro vezes a dotação suplementar de 1884. O número de navios a serem construídos, metade deles em estaleiros privados, alcançou o impressionante total de setenta, sendo 10 couraçados, 42 cruzadores e 18 contratorpedeiros. Seis dos couraçados, vinte dos cruzadores e doze dos contratorpedeiros seriam construídos nos

⁷ Da expressão em inglês “First Lord of the Admiralty”, referente ao chefe do departamento do governo britânico que então administrava a Marinha Real.

⁸ Naval Defense Act

Estaleiros Reais, a um custo de 11,5 milhões de libras. O restante ficaria a cargo dos estaleiros privados (SUMIDA, 2014, p. 29). A dotação orçamentária aprovada para a construção naval contou com uma quantidade maior de dinheiro do que se tinha solicitado ou esperado. Esse fato demonstra a conjunção de interesses políticos e econômicos que se configurava então, estimulando a produção industrial do aço e da construção naval. O efeito na sociedade britânica foi o de confirmar e fortalecer a continuidade e a expansão desses gastos por parte do governo (MCNEILL, 1982b, p.276).

A escala do programa foi oficialmente justificada pela perseguição de um "padrão duas potências". Isso significava que a Marinha Real deveria sempre ser igual ou superior às forças combinadas das próximas duas maiores marinhas do mundo. Só assim, argumentava-se, poderia a segurança da Grã-Bretanha ser garantida contra toda e qualquer contingência (GLOBAL SECURITY, 2016; MCNEILL, 1982b, p. 275; SUMIDA, 2014, p.30).

Em 1892, William Ewart Gladstone se tornou Primeiro Ministro do Reino Unido. Gladstone se opunha à ideia de aumentar os gastos governamentais com a construção naval, mas a falta de apoio dessa visão fez com que ele se resignasse a um novo plano de construção naval proposto por Lord Spencer, então Primeiro Lorde do Almirantado.

O Programa Spencer autorizava a construção de 7 couraçados, 20 cruzadores e mais de 100 embarcações leves a um custo de cerca de 21,2 milhões de libras; além disso, não previa apenas a construção de navios, mas incluía um esquema para equipá-los, contando com obras navais que levavam em conta a defesa do Império Britânico como um todo. Apesar da relutância de Gladstone, que acreditava que esse incremento nos gastos poderia levar a um desastre financeiro, o programa de cinco anos foi aprovado pelo Parlamento. Apenas no primeiro ano (1884-85), o aumento do orçamento naval foi de 20% em relação ao ano anterior. Esse incremento nos gastos com construção naval pôde ser coberto com um aumento das receitas provindas de impostos sucessório que tiveram suas taxas aumentadas. Mas, afim de melhorar as instalações navais e financiar a construção dos navios, foram lançadas as leis sobre obras navais, *Naval Works Acts*, em 1895 e 1896 que, na prática, representaram um aumento para o orçamento da marinha (GLOBAL SECURITY, 2016; MCNEILL, 1982b, p. 276; SUMIDA, 2014, p. 35).

Entre os anos fiscais de 1889-90 e 1896-97, as despesas com a Marinha, que incluiu os montantes previstos na Lei de Defesa Imperial, de 1888, e as Leis de Defesa Naval, de 1889 e 1893, além dos *Naval Works Acts*, de 1895 e 1896, representaram um aumento de 65% do orçamento, que, em números absolutos aumentou de 15.888.502 de libras para 23.790.835. As razões que possibilitaram essa expansão estão relacionadas com a redução do nível atividades

militares coloniais e a salvaguarda de conflitos entre grandes potências. A carga da dívida pública foi reduzida pelo esquema de conversão Goschen⁹, as receitas advindas dos impostos sucessórios foram aumentadas pela introdução de taxas graduadas, e a Grande Depressão de 1873-1896 foi finalmente superada. Entretanto, a escalada nos custos da produção naval e as despesas com a retomada de guerras coloniais na África precipitaram uma crise no financiamento naval (SUMIDA, 2014, p. 29).

No plano estratégico e de segurança internacional, cabe ressaltar que naquele período as relações britânicas com a França e a Rússia enfrentavam alguns impasses. Estadistas britânicos há muito tempo observavam com receio a expansão da Rússia na Ásia Central em direção Índia. O ressentimento francês sobre a ocupação do Egito e a rivalidade anglo-francesa no Nilo Superior culminariam no incidente de Fashoda em 1898 (PEDEN, 2007, p. 17).

Além disso, na década de 1890 outras nações tinham “pegado a febre naval”, incluindo os gigantes industriais, Estados Unidos e Alemanha. Um oficial naval americano, Alfred Thayer Mahan, publicou na década de 1890 seus volumes “A Influência do Poder Naval na História” para persuadir o governo estadunidense da importância da construção de uma marinha moderna. Mahan obteve sucesso nos Estados Unidos, bem como no exterior. Em 1898, a Alemanha, os Estados Unidos e a Rússia simultaneamente optaram por medidas radicais de aumento de suas marinhas e foram seguidos, dois anos depois, pela França com um plano semelhante. Como resultado, o “padrão duas potências” tornou-se impraticável para a Grã-Bretanha em um momento em que a Guerra dos Bôeres demonstrava o isolamento do país. (GLOBAL SECURITY, 2016; MCNEILL, 1982b, p. 276).

Em 1902, o Comitê de Defesa Imperial (CID)¹⁰ identificava três prioridades para a defesa do Reino Unido. Em primeiro lugar, a defesa do Reino Unido contra invasões, sendo a França vista como principal ameaça; em segundo, a defesa do império britânico na Índia contra uma possível invasão russa; e, por fim, a defesa da rota que levava à Índia através do Mediterrâneo contra França e Rússia. Essa relação de prioridades ainda refletia as principais rivalidades imperiais contra quem o “padrão duas potências” havia sido concebido (PEDEN, 2007, p. 17).

Entretanto, em 1904, Edward Grey, político inglês que no ano seguinte seria nomeado secretário de relações exteriores, apontava que o padrão duas potências não significa mais

⁹ Através do *National Debt (Conversion) Act*, de 1888, reduziu-se as taxas de juros que incorriam sobre a dívida pública (UNITED KINGDOM, 1888).

¹⁰ O CID foi um comitê ad hoc estabelecido após a Segunda Guerra dos Bôeres responsável por questões relativas à estratégia militar.

aquilo que significara quando fora introduzido, pois, naquela época, existiam apenas duas marinhas consideráveis, e, portanto, o padrão duas potências era equivalente não apenas a duas potências, mas qualquer combinação provável de potências contra a Inglaterra. Contudo, naquele momento já havia que se considerar as marinhas do Japão, da Rússia, da França, da Alemanha, da Itália e também dos Estados Unidos. Assim, a existência de pelo menos seis marinhas importantes, tornava impossível a manutenção de um “padrão seis potências”. Desse modo, Edward Grey apontava a necessidade do afastamento da velha política de isolamento do Reino Unido como imperativo para a promoção da segurança nacional (GLOBAL SECURITY, 2016). Em 1902, o Almirantado assinou uma aliança naval com o Japão, que obrigava cada uma das partes a permanecer neutra, e em alguns casos prover assistência financeira, caso a outra entrasse em conflito militar (KENNEDY, 1976, p.213).

Tabela 2: Comparação do número de couraçados (1883-1897)

Estado \ Ano	1883	1897
Reino Unido	38	62
França	19	36
Alemanha	11	12
Rússia	3	18
Itália	7	12
Estados Unidos	0	11
Japão	0	7

Fonte: Elaboração própria com dados da tabela de Kennedy (1976, p. 209)

Diante desse quadro, em 1904, o almirante John Fisher tornou-se Primeiro Lord do Mar (1904-1910) em um contexto que apontava para cortes nos gastos navais a serem impostos por um governo de orientação liberal. Os liberais esperavam que a marinha vivesse de seu capital já existente e acreditavam que a Marinha Real já era muito mais forte do que o necessário para assegurar a defesa do império. Apesar da situação fiscal desfavorável e do estado de incerteza nos assuntos internacionais, Fisher acreditava que uma salvação estratégica poderia ser alcançada em pouco tempo através de uma mudança tecnológica radical (SUMIDA, 2006, p. 94).

Não há consenso entre os historiadores e estudiosos da área sobre as motivações e objetivos estratégicos que levaram Fisher a empreender sua “revolução naval”. Alguns autores atribuem a formulação da estratégia naval britânica na década que precedeu a Primeira Guerra Mundial à rivalidade entre as grandes potências na Europa, especialmente a intenção alemã de desafiar a Marinha Real no comando dos mares europeus. Isso teria levado à implementação de

uma série de reformas concebidas para melhorar a eficiência de combate da marinha e a redistribuição e concentração das forças para reforçar a presença em águas domésticas e para se preparar para uma grande batalha decisiva contra a Alemanha no Mar do Norte (LAMBERT, 1999, p. 1).

Como consequência do crescimento do número de navios na Marinha Real houve também aumento de pessoal na ativa. Esse fato tornou necessária a construção de novos quartéis, docas e instalações portuárias. Entre os anos fiscais de 1897-98 e 1904-05, os investimentos com esse tipo de obra foi cinco vezes maior que nos oito anos anteriores, passando de cerca de 5,1 milhões de libras para 24,8 milhões. Assim, para corresponder às limitações fiscais, em dezembro de 1904 começou-se a transferir navios de guerra da periferia para o centro do Império Britânico, fechando instalações navais no exterior, reformando as políticas de pessoal e retirando de serviço navios de guerra obsoletos (SUMIDA, 2014, p. 35).

Assim, Lambert (1999, p.2) aponta para o fato de que o início do século XX foi marcado, para os planejadores da defesa, por essas insuficiências nas finanças do governo central. A limitação financeira foi apontada por diversos historiadores que estudaram o declínio britânico como um sintoma da perda de poder relativo do Reino Unido enquanto uma potência econômica e industrial. Os britânicos passaram a ter de lidar com o surgimento de novos competidores em ramos da indústria e da tecnologia que estavam nos fundamentos das forças militares modernas. A continuidade da predominância nos setores financeiro e comercial não substituía o poderio industrial, pois qualquer envolvimento em um grande conflito inevitavelmente desestabilizaria o sistema de comércio global do qual a prosperidade de uma nação de economia cada vez mais baseada em serviços seria dependente.

Antes de 1914, entretanto, esse problema não era compreendido nesses termos. A indústria de armamentos navais britânica era a maior, com mais capacidade inovadora, melhor organizada e mais lucrativa do mundo. Os navios de guerra do Reino Unido eram em geral qualitativamente superiores e possuíam menores custos de produção. O Almirantado mantinha relações próximas com as fábricas privadas de armamentos, especialmente das principais fornecedoras da marinha. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, empresas como a Vickers, Maxim & Son Ltd, a Armstrong-Whitworth, e a John Brown Ltd, ainda dominavam a indústria mundial de navios de guerra. Além disso, os Estaleiros Reais empregavam mais de 30 mil trabalhadores, mais do que qualquer outra empresa de construção naval no mundo (LAMBERT, 1999, p.2-3).

Contudo, ao final da última década do século XIX, diversos especialistas acreditavam que as despesas com o orçamento naval tinham chegado ao limite do que o estado era capaz de

pagar. Eles acreditavam que um aumento significativo de impostos não poderia ser logrado sem que Londres tivesse sua posição no sistema financeiro mundial ameaçada, ou sem que ficasse comprometida a credibilidade do estado para tomar empréstimos. Por volta do início de 1902, historiadores concordam que os homens de estado britânicos instruíram as forças armadas a diminuir seus horizontes estratégicos. Assim, o Almirantado resolveu concentrar suas frotas em casa, abrindo mão de compromissos em áreas consideradas menos vitais (LAMBERT, 1999, p.4).

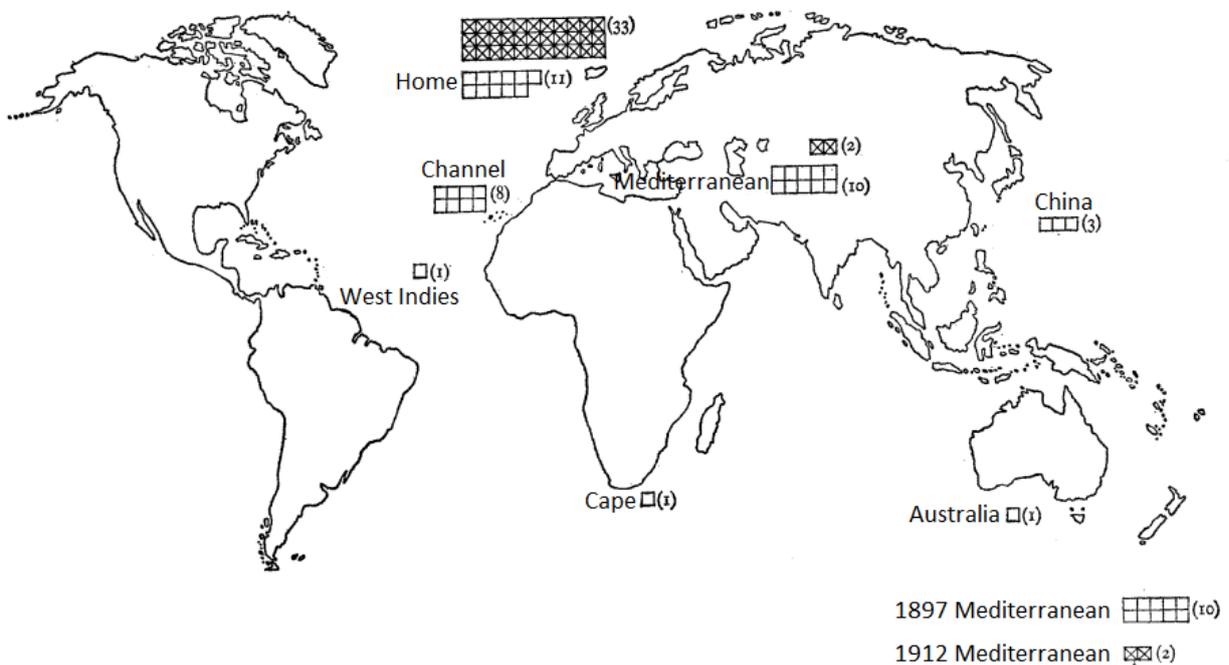
Ao longo da maior parte do século XIX, o Reino Unido tivera a maior e mais eficiente marinha do mundo, e a um baixo custo para os contribuintes nacionais. Isso principalmente porque às outras potências faltava a base industrial. Em meados da década de 1880, entretanto, quando as potências europeias começaram a desenvolver suas capacidades marítimas, o preço da supremacia naval global começou a escalar. Essa tendência de aumento dos gastos navais britânicos foi acelerada por um crescimento de custos e complexidade dos navios. Entre 1889 e 1904, o preço de um encouraçado moderno mais que duplicou, e o de um cruzador de primeira classe quintuplicou. Ao mesmo tempo, o ritmo das mudanças tecnológicas fez com que caísse para algo em torno de 15 anos o tempo de combate de um navio de guerra. Isso tornou possível apenas uma manutenção do poder relativo da marinha britânica enquanto as despesas navais totais mais que duplicaram. Os dispêndios de capital, para construção de navios e estaleiros, subiram de 4,9 milhões de libras anuais, representando 44% do orçamento naval, para 26,9 milhões, representando 64% do orçamento (LAMBERT, 1999, p. 3-4).

Apostou-se, então, na contenção estratégica, devido ao crescimento constante da Frota de Alto-Mar Alemã, que ameaçava o comando dos mares que circundavam as ilhas britânicas por parte da Marinha Real. O entendimento de que os custos para a manutenção de uma frota demasiadamente numerosa haviam se tornado muito altos, levaram Fisher a propor a desistência da antiga política e a substituição do ideal de superioridade numérica pela exploração de novas tecnologias que conferissem capacidades específicas para enfrentar as ameaças mais prováveis aos interesses do império britânico. A marinha não tinha de estar presente ao mesmo tempo em todas as partes do globo, mas ter capacidades de dissuasão efetivas. A proteção das rotas de comércio, Fisher argumentava, seria baseada no desenvolvimento dos telégrafos sem fio coadunados com inteligência naval, que permitiria que uma força concentrada e com capacidades de longo alcance e alta velocidade fosse deslocada em direção a uma ameaça qualquer (LAMBERT, 1999, p.6).

Tabela 3: Redistribuição dos couraçados das frotas britânicas

Antes da reforma (1904)	Ilhas Britânicas	Canal da Mancha	Mediterrâneo	China
	8	8	12	5
Após a reforma (1905)	Canal da Mancha	Atlântico	Mediterrâneo	China
	17	8	8	--

Fonte: Elaboração própria com dados da tabela de Kennedy (1976, p.217)

Figura 1: Mapa da distribuição das nau-capitâneas britânicas comissionadas em 1897 e 1912

Fonte: Kennedy (1976, p. 228)

Desse modo, a principal divergência entre aqueles que buscam explicar as mudanças empreendidas pelo Almirante Fisher na Marinha Real reside, na interpretação do pensamento estratégico de Fisher. Enquanto alguns acreditam que essas mudanças foram produto da ameaça alemã, que fez com que houvesse uma desistência deliberada da presença naval global; por outro lado, outros estudiosos enfatizam as transformações empreendidas como uma tentativa de manter a Pax Britânica e a supremacia naval global apesar das ameaças de restrições

orçamentárias e fiscais e da necessidade de se preparar para um possível conflito na Europa. Não cabe a este trabalho solucionar este impasse; o que se pretende é apenas elencar essas possíveis causas das transformações navais que ocorreram no período e responder quais os seus impactos e consequências.

O período Fisher foi de transformações não apenas de ordem organizacional e administrativa, como já mencionado, mas também uma revolução em termos materiais. Para ele, “eficiência, poder de fogo, velocidade, economia e concentração de força eram as características chaves com as quais se media as capacidades de combate de uma Marinha” (KENNEDY, 1976, p. 216). Buscando reunir essas características, Fisher apostou no projeto de um novo navio, o Dreadnought. Esse navio possuía um sistema de armas embarcado de maior calibre e mais bem distribuído a bordo do que seus antecedentes, uma couraça mais resistente e era movido a turbinas de vapor. O Dreadnought, capaz de deslocar mais de 18 mil toneladas, havia se tornado o navio mais rápido do mundo na época.

Os antigos navios de madeira revestidos de ferro (*Ironclads*) e lanchas torpedeiras obsoletas foram substituídas por modernos Dreadnoughts, submarinos e aviões. Turbinas, aparelhos de telegrafo sem fio e computadores analógicos foram introduzidos na marinha. A revolução causada pelo Dreadnought fez com que fosse necessário que as marinhas rivais suspendessem seus programas de construção naval, até fosse possível projetar navios comparáveis. Políticos liberais acreditavam que isso permitiria ao governo diminuir o ritmo da construção naval e garantiria cortes orçamentários (MCNEILL, 1982b, p.277).

Porém, a popularidade das contratações navais e o anúncio alemão de um novo programa de construção naval em 1908, fez com que o governo britânico, que havia previsto a produção de quatro Dreadnoughts em 1909, acabasse por autorizar a construção de oito novos navios daquele tipo (MCNEILL, 1982b, p.277). Nas palavras de Winston Churchill “No final, uma solução curiosa e característica foi alcançada. O Almirantado havia demandado seis navios; os economistas ofereceram quatro; e nós finalmente nos comprometemos com oito” (CHURCHILL, 1931, p.39)¹¹.

No mesmo ano, os primeiros cruzadores de batalha – vasos equipados com armamentos pesados, como um couraçado, mas com a velocidade e a duração de um cruzador – demonstraram que poderiam percorrer grandes distâncias com a propulsão a vapor em alta velocidade. Além disso, a Marinha Real recebeu seu primeiro submarino capaz de operar efetivamente por longos períodos de tempo (SUMIDA, 2006, p. 94).

¹¹ Do original, “In the end a curious and characteristic solution was reached. The Admiralty had demanded six ships: the economists offered four: and we finally compromised on eight.”

Importa destacar que em meados da década de 1880, houvera uma mudança no padrão de desenvolvimento de inovações. Até então, a maioria dos inventos era fruto de esforços de indivíduos com algum suporte de firmas. A Armstrong e a Whitworth haviam trabalhado nessa linha, usando recursos próprios para desenvolver novos armamentos da maneira como eles pensavam ser desejado. As contratações para construção naval entre 1884 e 1914 representaram uma segurança para as empresas privadas em relação ao aumento de custos que o desenvolvimento de novas tecnologias pressupunha. Técnicos da Marinha indicavam as características e a performance desejada para novos navios ou armamentos, tornando a inovação uma ação deliberada. Assim, os ciclos de inovação tecnológica, juntamente com o aumento das rivalidades internacionais e as mudanças estruturais na política doméstica do Reino Unido foram os grandes incentivos às decisões favoráveis às despesas com construção naval que caracterizaram o período, mesmo em um cenário em que figuras do governo tentavam implementar uma política fiscal mais restritiva (MCNEILL, 1982b, p.277-278).

Tabela 4: Gastos em defesa 1904-1914

Ano Fiscal	Gasto total (£ milhões)	Percentual do PIB
1904/5	72,2	4,4
1905/6	66,0	3,8
1906/7	62,2	3,4
1907/8	59,2	3,2
1908/9	58,2	3,3
1909/10	59,0	3,2
1910/11	63,0	3,3
1911/12	67,8	3,4
1912/13	70,5	3,4
1913/14	72,5	3,4

Fonte: Elaboração própria com dados de Mitchell (1988¹² apud PEDEN, 2007, p. 35)

A construção naval e a manufatura de diversos tipos de máquinas para os navios militares tornaram-se um grande negócio. Ao invés de seguir os avanços da engenharia civil, as inovações do setor militar passaram a liderar os avanços da engenharia e do desenvolvimento tecnológico britânico e mundial. Segundo estatísticas, em 1897, cerca de 2,5% da força de trabalho masculina na Grã-Bretanha era empregada pela marinha ou por seus fornecedores diretos. Já em 1913, as estimativas apontam que esse número havia subido para cerca de 17% (1/6) (MCNEILL, 1982b, p.285).

¹² MITCHELL, B. R. *British Historical Statistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. pp. 589, 591, 829.

2.3 A financeirização e o declínio britânico

A liderança da industrialização britânica havia permitido que o Reino Unido acumulasse riqueza suficiente para possibilitar que seu capital investido além-mar fosse maior do de qualquer outro país. Segundo Peden (2007, p. 33), “foi estimado que em 1914 cerca de 44% dos ativos de capital de longo prazo estrangeiros no mundo estavam nas mãos britânicas”¹³.

Esse quadro assegurou que os influxos de renda vindos dos referidos investimentos ajudassem a financiar as importações de alimentos e matérias primas de que dependiam os britânicos. Além disso, esse influxo possibilitava o reinvestimento de altas somas no exterior. Londres era o centro financeiro mundial e o Reino Unido o detentor da maior marinha mercante do mundo, de modo que a renda advinda de serviços financeiros e do transporte marítimo representava um valor significativo (PEDEN, 2007, p. 33).

Assim, as restrições aos gastos com defesa, ao que parece, foram mais impostas por convenções a respeito de economia política dos ministros e administradores da época. Do ministro das finanças – Chanceler do Tesouro – era esperado o balanceamento do orçamento a um nível tão baixo de gastos (e assim de taxas) quanto fosse possível para viabilizar as políticas do governo. Nesse caso, uma guerra poderia ser financiada através de empréstimos, mas a consequência foi o incremento dos encargos para futuros orçamentos de juros e pagamentos da dívida nacional. A confiança nas finanças públicas britânicas gerava a credibilidade necessária para tomar empréstimos a taxas de juros menos elevadas. Entretanto, isso geraria uma tendência de elevação da taxa de juros interna em detrimento da indústria e comércio (PEDEN, 2007, p. 35-36).

Quando eclode a Primeira Guerra Mundial, em 1914, o cenário parecia favorável ao Reino Unido por especialmente por sua superioridade naval e econômica, e o país que aposta na estratégia do bloqueio naval contra a Alemanha. Essa política resulta, contudo, em um impasse, pois nenhum dos lados partiria para a ofensiva em um enfrentamento em alto mar. O cenário favorável, todavia, foi posto em cheque quando a Alemanha passa a usar os submarinos, não mais como uma arma para a defesa da costa e dos portos alemães, mas como uma ameaça à supremacia naval britânica, através de ataques aos couraçados e, mais importante, aos navios mercantes, colocando em perigo o comércio ultramarino (KENNEDY, 1976, p. 244). Naquele período, a Grã-Bretanha importava cerca de 40% da carne e 70 a 80% dos cereais consumidos no país. Ainda, cerca de 45% das importações da França e da Itália eram realizadas por navios

¹³ Tradução nossa do original em inglês, “it has been estimated that in 1914 about 44 per cent of the world’s foreign long-term capital assets were in British hands”.

ingleses e 50% do carvão era fornecido pelos britânicos. Desse modo, a interrupção do comércio marítimo poderia significar a queda da Entente (GLOBAL SECURITY, 2011).

A vitória do Reino Unido na Primeira Guerra Mundial, desse modo, não representou uma vitória real. O país sofrera com grandes perdas humanas e também navais, com cerca de 40% de sua marinha mercante afundada. Como consequência, os britânicos passaram também por um abalo significativo em sua indústria e seu sistema fiscal, perdendo parte de sua participação no mercado e nas finanças globais. Ademais, sua participação na construção mundial de novos navios passou de 58,7%, no período de 1909-1914, para 35% em 1920 (KENNEDY, 1976, p. 260).

O aprofundamento do declínio inglês, então, viria com a soma das consequências da guerra à assinatura do Tratado Naval de Washington em 1922. Ao final do conflito mundial os britânicos haviam se tornado devedores líquidos dos Estados Unidos, devido aos empréstimos contraídos durante a guerra. A perda da supremacia naval por parte do Reino Unido já vinha sendo sentida. Os americanos, por outro lado vinham investindo na construção naval desde a declaração de guerra, em 1917, sob o comando do Secretário da Marinha, Franklin Delano Roosevelt (BUCHANAN, 2009, p. 102).

Se os Estados Unidos realmente desejassem construir a maior marinha do mundo, interpretou-se que a Grã-Bretanha não poderia competir com eles. Para evitar uma corrida naval com os Estados Unidos e para não arriscar a cobrança dos empréstimos contraídos durante a guerra em um momento de fragilidade, o Império Britânico assina o Tratado Naval de Washington, proposto pelo Secretário de Estado estadunidense, Charles Evans Hughes. Esse tratado consistiu em um plano para diminuir o tamanho de todas as forças navais existentes. Nenhuma nação poderia ser mais afetada que a Inglaterra, que tido na supremacia naval uma prerrogativa inalienável e sua proteção mais segura desde a batalha de Trafalgar (BUCHANAN, 2009, p. 103).

Winston Churchill, então Secretário de Estado para as Colônias, havia sido partidário da assinatura do referido tratado. Satisfeito com o resultado da Conferência Naval de Washington, ele acreditava que os Estados Unidos seriam um aliado natural da Inglaterra. Não havendo razões para continuar destinando grandes parcelas do orçamento britânico para a Marinha Real. Isso representou a opção que passaria a ser seguida pelos líderes britânicos de abdicar da liderança naval e passar a perseguir a manutenção da hegemonia britânica através das altas finanças.

Em 1924, Churchill assumiu a pasta de Chanceler do Tesouro, empreendendo sucessivos cortes nos gastos governamentais e uma política de valorização da libra, onde os

gastos militares estavam no primeiro lugar na lista das contingências (KENNEDY, 1976). Já em 1925, como parte do esforço para manter a hegemonia da Grã-Bretanha através das finanças, Churchill decidiu retornar a libra para o Padrão Ouro. Inicialmente, optou-se por cotar a libra de acordo com a sua paridade antes da guerra. Contudo, não era possível restaurar a relação entre os preços ingleses e os preços no exterior do mesmo período. Segundo Eichengreen,

O fato de o câmbio ter mudado de patamar antes do nível de preços significa que os preços britânicos estavam excessivamente elevados, gerando dificuldades competitivas para os exportadores de produtos têxteis de Lancashire e para as companhias do setor químico que competiam com exportadores de outros países. A supervalorização da libra fez cair a demanda por produtos britânicos, agravando o desemprego. Isso provocou uma drenagem do Banco da Inglaterra, obrigando-o a elevar as taxas de juro mesmo à custa de provocar uma depressão na economia. O crescimento lento e o desemprego da ordem de dois dígitos que penalizaram a economia britânica no restante da década são comumente atribuídos à decisão de restaurar a paridade do período anterior à guerra (EICHENGREEN, 2012, p. 92).

Em 1929, como parte do objetivo de contenção orçamentária, Churchill consegue implementar a “regra dos dez anos”, mecanismo que previa que investimentos em defesa deveriam ser feitos tendo em vista um horizonte de dez anos em que a Inglaterra não se envolveria em nenhum conflito. Até 1932, “o orçamento de defesa da Inglaterra foi cortado em mais de um terço – numa época em que os gastos militares da França e da Itália cresceram, respectivamente, 60% e 55%” (FERGUSON, 2003¹⁴ apud BUCHANAN, 2009, p. 167).

Todos esses eventos infringiram efeitos deletérios sobre a Marinha Real que afetaram diretamente a posição do Império Inglês no mundo. Somando-se a isso, a política de supervalorização da libra afetou negativamente a indústria inglesa, outrora líder global. Ou seja, a abdicação do poder naval e a busca pela manutenção da hegemonia através do setor financeiro significou para o Reino Unido a perda de sua competitividade industrial bem como de sua posição global.

2.4 Conclusões Preliminares

Do exposto acima, pode-se concluir que a ascensão inglesa, baseada fortemente no industrialismo, atingiu seu apogeu em meados dos 1800, quando passa-se por uma fase de grande expansão material na economia. A disseminação da industrialização, no entanto, representou a perda da primazia industrial britânica em um período em que a interação entre a indústria e os setores militares culminou na erosão da segurança estratégica do Reino Unido.

¹⁴ Ferguson, N. **Empire: The Rise and Demise of the British World Power Order and the Lessons for Global Power.** Nova York: Basic, 2003.

Diante desse quadro, e aliado a pressões sociais pela recuperação do emprego e da renda, o governo passou a dar atenção especial à Indústria Naval. Através de contratos governamentais com empresas privadas houve um grande estímulo a recuperação de setores da indústria britânica ao mesmo tempo que se construía a marinha mais poderosa do mundo. A interação do almirantado com a indústria de defesa representou ainda uma mudança no padrão de inovações. A indústria militar passou a liderar o desenvolvimento de novas tecnologias através da busca por atender as especificidades que a Marinha Real buscava para suas embarcações. Assim, conclui-se que no período que antecede a eclosão da Primeira Guerra Mundial, houve uma ação deliberada que procurou, através do incentivo à indústria naval, pôr em prática a Grande Estratégia britânica de manter sua posição no sistema internacional a despeito da perda da primazia absoluta no setor industrial. Por outro lado, a abdicação do poderio da Marinha Real e a financeirização representaram a derrocada daquela que fora a maior potência do sistema internacional.

3 O COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1930-1980): PACTO SOCIAL NACIONAL E MUNDIAL

Este capítulo tem como objetivo analisar as origens do estabelecimento da Base Industrial de Defesa propriamente dita nos EUA, identificando qual o papel que a indústria de defesa possuiu na construção da sociedade de bem-estar naquele país, bem como no rompimento com o isolacionismo e na edificação de uma nova inserção internacional deste país como uma superpotência econômica e militar. Ainda, procura-se verificar como as transformações na economia mundial capitalista, contemporâneas à Guerra do Vietnã, fizeram com que os EUA passassem a buscar a manutenção da sua hegemonia através da perseguição de uma moeda forte e do rompimento com os acordos de Bretton Woods. Esses eventos geraram impactos na conformação da indústria militar dos EUA, que, em certos aspectos, perdeu sua função enquanto um dos pilares do pacto social que garantira a sociedade de bem-estar das décadas anteriores.

Para além desta breve introdução, este capítulo se divide em mais três partes. Na primeira, procura-se identificar as bases da ascensão da economia industrial estadunidense, ainda no final do século XIX, bem como os desencadeamentos da Crise de 1929. Na segunda, procura-se analisar o papel da indústria de defesa na superação da crise e no rompimento dos EUA com o isolacionismo. Por fim, delinea-se como as mudanças significativas na condução das políticas econômicas dos EUA no período que segue a Guerra do Vietnã mudaram a configuração do complexo militar-industrial e sua funcionalidade como importante vetor dinâmico do desenvolvimento econômico e social.

3.1 Das bases da ascensão dos EUA à Crise de 1929

Como já referido no capítulo anterior, a Grande Depressão de 1873-1896 se caracterizou como um período prolongado de violenta competição de preços, que estava associado à difusão das técnicas industriais das ilhas britânicas para outras localidades. Essa difusão representou tanto a perda da primazia industrial britânica quanto o início de uma tendência de elevação da importância da parcela estadunidense da produção industrial global.

Tabela 5: Produção de Ferro/Aço (1890-1920)

(Milhões de toneladas; 1890, dados sobre ferro gusa; no restante, dados sobre aço)

Estado \ Ano	1890	1900	1910	1913
EUA	9,3	10,3	26,5	31,8
Grã-Bretanha	8	5	6,6	7,7
Alemanha	4,1	6,3	13,6	17,6
França	1,9	1,5	3,4	4,6

Fonte: Elaboração própria com dados da tabela de Paul Kennedy (1989, p. 197)

Segundo Arrighi (1996, p. 290), as bases dessa ascensão dos EUA estavam ligadas a “um processo de “internalização” do mercado mundial, no âmbito organizacional de corporações empresariais gigantescas” que caracterizou o regime de acumulação estadunidense. Esse processo surgira como reação a Grande Depressão de 1873-1896 e a excessiva competitividade que provinha da formação de mercado mundial centrado no Reino Unido.

no meio século que se seguiu à guerra civil norte-americana, as empresas do país passaram por uma revolução organizacional que deu origem a um grande número de corporações verticalmente integradas e burocraticamente administradas. Elas começaram a se expandir no espaço transnacional assim que concluíram sua integração continental dentro dos Estados Unidos. (ARRIGHI, 1996, p. 290).

Assim, o século XX se inicia com a tomada pelos EUA da primeira posição na economia mundial. A industrialização havia se iniciado a partir de um processo de substituição de importações que apostara nas barreiras alfandegárias e na proteção à indústria local. Em meados dos 1800, as indústrias mecânicas e siderúrgicas passaram a dominar o processo e ganhou força a integração do território com a construção de caminhos de ferro. Em 1900, quatro linhas continentais já estavam em funcionamento. Entre 1850 e 1920 a produção industrial dos EUA multiplicou por sessenta. (BRASSEUL, 2010, p. 208-212)

A eclosão da Primeira Guerra Mundial representou para os EUA um estímulo a sua economia devido ao aumento da demanda europeia por produtos industriais, matérias-primas e alimentos. Em termos econômicos e tecnológicos, os avanços na produção de automóveis, aviões, refino de petróleo, produtos químicos, indústrias elétricas e de aço, entre outros, puderam ser muito melhor desenvolvidos e aproveitados comercialmente por economias que estavam longe das linhas de frente e da convulsão em que se encontrava a Europa (KENNEDY, 1989, p. 271).

Este foi o caso dos EUA. Ao final do conflito mundial, em 1918, os estadunidenses registravam enormes excedentes comerciais e assim liquidaram sua dívida externa, tornando-se os maiores credores do mundo, sendo seus principais devedores a Grã-Bretanha e a França (ARRIGHI, 1996, p. 279; BRASSEUL, 2010, p. 286). Além da demanda externa, as dimensões

continentais de território e população, possibilitavam a constituição de um imenso mercado interno com acesso a dois importantes oceanos da economia mundial, gerando uma maciça economia de escala, que foi fortemente estimulada pela guerra. (KENNEDY, 1989, p. 316)

Nos anos 1920, o crescimento das exportações estadunidenses continuou, especialmente nos setores automobilísticos e de produção de máquinas e equipamentos. Esse processo foi acompanhado do rápido aumento dos investimentos dos EUA no exterior. Durante esse período, a economia estadunidense estava produzindo mais que o conjunto das seis outras grandes potências do mundo. No setor automobilístico, por exemplo, em 1929, os EUA produziam mais de 4,5 milhões de veículos, em comparação com os 221 mil da França, os 182 mil da Grã-Bretanha e os 117 mil da Alemanha (KENNEDY, 1989, p. 316).

Nessa fase, o contexto internacional não sugeria nenhuma ameaça séria aos interesses estadunidenses e as rivalidades navais pareciam ter sido contidas com o Tratado Naval de Washington. Além disso, a despeito da importância econômica, os EUA mantinham uma política isolacionista e de busca por autossuficiência. Segundo Paul Kennedy, “Os Estados Unidos se tinham tornado, claramente, uma grande potência. Mas não eram parte do sistema das grandes potências” (KENNEDY, 1989, p. 241).

Essa característica da política de inserção estadunidense se refletia na sua indústria de defesa. Desde a Revolução Americana de 1776, os EUA possuíam uma indústria que só se voltava para a produção militar em períodos de conflagração, retomando as operações normais de produção e comércio quando os conflitos cessavam (GANSLER, 2011, p.10). Segundo Almeida,

A Primeira Guerra Mundial concedeu à indústria bélica americana considerável estímulo, que serviu muito bem a homens como Allan and Malcolm Lockheed, Bob Gross, John K. Northrop e outros. Porém, apesar de garantir “start ups” de diversos nomes que ficariam famosos mais tarde, a Primeira Grande Guerra não conseguiu criar o Complexo Industrial-Militar (ALMEIDA, 2013, p. 15).

Após o fim da guerra, os EUA reduziram seus exércitos, mas permitiram a criação de uma força aérea consideravelmente grande e moderna, bem como permitiram que a marinha continuasse desenvolvendo porta-aviões e cruzadores pesados. Apesar das queixas sobre insuficiência de recursos para o setor militar, os EUA se mantiveram como uma potência econômica de peso militar apenas médio (KENNEDY, 1989, p. 317).

As causas do desencadeamento da crise de 29 não são consenso na literatura, variando de acordo com as diferentes escolas de pensamento econômico. Algumas interpretações focam em erros de gestão da política monetária por parte do *FED* (Federal Reserve Board) que, ao reduzir o meio circulante, levou a uma contração geral da economia. Outros apontam os

aumentos das alíquotas de importações na condução da política de comércio exterior, que teriam levado a uma queda generalizada do comércio internacional. A teoria dos ciclos econômicos de longa, média e curta duração atribui à fragilidade do padrão-ouro como mecanismo de regulação das moedas e do mercado internacional. As consequências do Tratado de Versalhes, e a relutância dos EUA em assumir sua posição de potência hegemônica também são apontadas como causas de desequilíbrios econômico-financeiros entre os países. Além disso, indicam-se também os desequilíbrios internos da economia estadunidense, expressos pela superprodução de produtos agrícolas e pela concentração de renda, ao mesmo tempo que se aumentava constantemente a produtividade do trabalho (LIMONCIC, 2003, p. 123-124).

Não cabe aqui fazer uma análise pormenorizada dessas causas, mas indicar as consequências da Grande Depressão para a economia dos EUA – que são objeto de maior consenso – e, a partir da análise da interpretação dos tomadores de decisão estadunidenses sobre essa crise, verificar quais medidas de política econômica foram tomadas com objetivo de superar a depressão, indicando ainda o papel da indústria de defesa nesse processo.

Segundo Bem Bernanke,

Durante a principal fase de contração da depressão, entre 1929 e 1933, a produção real nos Estados Unidos caiu quase 30 por cento. Durante o mesmo período, de acordo com estudos retrospectivos, a taxa de desemprego subiu de cerca de 3 por cento, para quase 25 por cento, e muitos dos que tinham a sorte de ter um emprego conseguiam trabalhar somente em turno parcial (BERNANKE, 2004)¹⁵.

Além disso, o declínio que ocorreu entre 1929 e 1933 foi caracterizado por uma acentuada deflação, com uma queda nos preços que atingiu uma taxa de quase 10% ao ano. A queda no mercado de ações também engendrou falências bancárias, e uma onda de calotes e falências por parte das empresas e das famílias. Em 1933 o PIB chegou a apenas 56% do verificado em 1929 e o número de unidades de habitações construídas correspondeu a 28% do que fora construído em 1929 (BERNANKE, 2004). A crise afetou também as exportações dos EUA, que caíram de 5,4 bilhões de dólares para 1,61 bilhão, uma queda de 69%. O comércio internacional sofreu um colapso geral, mas nos EUA esse processo se deu ainda mais depressa, com a parcela de comércio exterior do país caindo de 13,8% em 1929 para menos de 10% em 1932 (KENNEDY, 1989, p. 317).

Importantes atores contemporâneos à ocorrência da Grande Depressão interpretaram a crise apontando para a relevância da esfera da demanda. Ainda em 1931, William Leiserson

¹⁵ Tradução nossa do original em inglês, “During the major contraction phase of the Depression, between 1929 and 1933, real output in the United States fell nearly 30 percent. During the same period, according to retrospective studies, the unemployment rate rose from about 3 percent to nearly 25 percent, and many of those lucky enough to have a job were able to work only part-time.”

afirmava que as causas da depressão não deveriam ser procuradas na esfera da produção, mas na da demanda. Segundo ele, o governo deveria estabilizar a distribuição da renda nacional, de forma a tornar os assalariados aptos a consumir. O senador Robert Wagner afirmou em 1934 que se a organização social dos EUA tivesse acompanhado a inventividade mecânica, o paradoxo entre progresso e pobreza poderia ter desaparecido. Entretanto, a desigualdade de renda tinha infringido graves consequências sobre a estrutura econômica do país (LIMONCIC, 2003, p. 128-129).

Assim, o que estava em jogo era a concepção de um novo modo de regulação¹⁶ para o capitalismo estadunidense. Segundo Limonic,

Nas primeiras décadas do século XX, com o advento do regime de acumulação fordista, baseado na intensificação da acumulação – elevação da composição orgânica do capital, rápido crescimento da produtividade -, uma parcela expressiva da produção social teria se destinado à acumulação de capital, levando a que a esfera do consumo crescentemente não conseguisse realizar a demanda necessária para dar continuidade à reprodução do sistema (LIMONCIC, 2003, p. 127).

Em meio a esse contexto, em 1933, Roosevelt é eleito presidente dos Estados Unidos. Ele, em conjunto com seus assessores, especialmente Harry Hopkins, haviam concluído que para reestruturar a economia seria necessário equacionar o desequilíbrio entre a capacidade de consumo e a capacidade de produção estadunidense. Como uma antecipação do que seria teorizado por John Maynard Keynes, sua proposta para recuperar a economia passou por uma aliança entre o governo, uma burguesia industrial ascendente e os trabalhadores. O New Deal, ou novo pacto, foi o maior emblema dessa nova maneira de conduzir a economia capitalista (LIMONCIC, 2009, p. 20).

Esse projeto representou a base da futura sociedade de bem-estar que caracterizou os EUA após a Segunda Guerra:

Muito embora os Estados Unidos só tenham saído efetivamente da crise com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, com o New Deal iniciou-se a construção de um pacto-social multiétnico e multiclassista entre Estado, setores do trabalho organizado e das grandes corporações que no pós-guerra fundamentaria o peculiar Estado de bem-estar social americano e o longo período de prosperidade que se estenderia até o fim dos anos 1960 (LIMONCIC, 2009, p. 32)

3.2 Superação da crise: o papel dos gastos em defesa na reorganização do capitalismo

O New Deal incluiu em seu escopo reformas econômicas, regulação de setores da economia, medidas emergenciais, transformações culturais, e uma nova pactuação política entre

¹⁶ A teoria regulacionista define modo de regulação como o conjunto de leis, costumes e demais mecanismos que asseguram a reprodução de um determinado regime de acumulação.

o Estado e atores sociais que até então estavam alijados da esfera pública. Nos primeiros cem dias (*the hundred days*), Roosevelt apresentou várias medidas afim de criar condições para formação de poupança interna e recuperar a rentabilidade dos investimentos (LIMONCIC, 2003, p. 140). Podem-se enunciar quatro tipos de ações: aumento das despesas públicas para reaquecer a economia; ajuda aos desempregados, redução da oferta agrícola para manter os preços e criação do NIRA (*National Industrial Recovery Act*), que aumentava salários e regulamentava a concorrência (BRASSEUL, 2010, p. 314).

Cabe frisar que ainda nessa época o ponto essencial da formulação política eram as questões internas – fundamentais para reverter a situação da crise –, mais uma vez sobrepujando a política externa. Esta última continuava apenas figurando nas questões comerciais e na política da Boa Vizinhança. Desse modo, o isolacionismo americano continuava com o novo presidente democrata (ALMEIDA, 2013, p. 20).

A grande variedade de programas e agências criadas pelo New Deal significou o maior envolvimento do governo federal em atividades sociais e econômicas. Além disso, o New Deal havia acostumado os americanos a um governo nacional que assumia um papel proeminente nos assuntos nacionais. Desse modo, ao menos sob a liderança de Roosevelt, o governo federal pôde liderar de maneira mais flexível a iniciativa privada e usar novas capacidades para planejar e administrar empreendimentos de grande escala (TASSAVA, 2008).

Importa ressaltar que com o aprofundamento das tensões na Europa, o Congresso passou três Leis de Neutralidade (*Neutrality Acts*) entre 1935 e 1937. Embasadas na ideia de que fora a indústria de armamentos que havia empurrado os EUA para a Primeira Guerra, essas leis proibiram empréstimos e assistência financeira aos beligerantes e promoveram um embargo sobre a venda de armas. Essas medidas afetavam diversos setores produtivos dos EUA, provocando descontentamento de empresas que poderiam lucrar enviando materiais de consumo aos países em guerra na época, com a eclosão da Guerra Civil Espanhola. Desse modo, em 1937 se propôs um acordo para legalizar a venda de suprimentos e produtos não letais aos beligerantes através do sistema que ficou conhecido como “Pague e Leve”. Esse sistema exigia o pagamento à vista e em dólares das remessas estadunidenses aos países em guerra. (ALMEIDA, 2013, p. 23; KISSINGER, 1994, p. 378).

Os resultados favoráveis do New Deal, apesar de não terem sido suficientes para levar uma economia que estava fortemente subutilizada ao pleno emprego, evitou a erosão da base produtiva que alicerçou a grande expansão produtiva que se daria a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial. O papel dos gastos em defesa, nesse contexto, começaria a se evidenciar ao final da década de 1930, quando começa-se a demonstrar sinais de rompimento do governo

estadunidense com a neutralidade e o isolacionismo. O Discurso da Quarentena (*Quarantine Speech*) proferido por Roosevelt em outubro de 1937 em Chicago já procurava elucidar um compromisso moral dos EUA com as democracias, indicando que o país deveria assumir responsabilidades a esse respeito (KISSINGER, 1994, p. 379).

Em 1938, quando então é assinado o Acordo de Munique, em um discurso via rádio para o *Herald-Tribune Forum*, Roosevelt faz referência a necessidade de ampliar as defesas dos EUA.

Constantemente temos apontado que nem nós nem nenhuma nação aceitaremos o desarmamento enquanto nações vizinhas se armarem até os dentes. Se não há desarmamento geral, nós mesmos devemos continuar a nos armar. É um passo que não gostamos, e nem queremos tomar. Mas, até que haja um abandono geral de armas capazes de agressão, regras comuns de prudência nacional e bom senso exigem que estejamos preparados (ROOSEVELT, 1938)¹⁷.

Assim que a partir do final da década de 1930, Roosevelt começou a obter a aprovação de várias medidas referentes ao rearmamento à modernização militar. Nesse contexto, a produção de aviões quase dobrou entre 1937-38, enquanto testavam-se protótipos do bombardeiro B-17. Em 1938, o Congresso estadunidense aprovou a Lei da “Primeira Marinha”, que visava expandir a esquadra dos EUA (KENNEDY, 1989, p. 319).

Ainda em 1936, fora criada, no escopo no New Deal, uma agência para revitalizar a indústria naval que estava em declínio desde 1921. A USMC (*United States Maritime Commission*) tinha o objetivo de apoiar e financiar a construção e expansão de estaleiros pelo país, especialmente nas costas do Golfo e do Pacífico. Enquanto toda a indústria havia produzido 71 navios no período de 1930 até 1936, entre 1938 e 1940, apenas os estaleiros financiados pela comissão produziram 106 navios (TASSAVA, 2008).

Ainda assim, segundo Paul Kennedy (1989, p. 319), entre 1937 e 1938, os EUA haviam produzido cerca de 26,4 milhões de toneladas de aço, mais do que os 20,7 milhões da Alemanha, os 16,5 milhões da URSS e os 6 milhões do Japão; no entanto, enquanto as indústrias dos três últimos funcionavam a plena capacidade, nos EUA estavam ociosos dois terços das usinas de siderurgia (KENNEDY, 1989, p. 319).

É a partir de 1940, então, que a eclosão da Segunda Guerra engendra novos e maiores programas de rearmamento que estimularam a superação da subutilização da economia dos EUA. Naquele ano, obteve-se autorização para a duplicação da frota de combate marítima, um

¹⁷ Tradução nossa do original em inglês, “we have consistently pointed out that neither we, nor any other nation, will accept disarmament while neighbor nations arm to the teeth. If there is not general disarmament, we ourselves must continue to arm. It is a step we do not like to take, and do not wish to take. But, until there is general abandonment of weapons capable of aggression, ordinary rules of national prudence and common sense require that we be prepared”.

plano da força aérea de criar 84 grupos com 7800 aviões de combate e o estabelecimento, pela Lei do Serviço e Treinamento Seletivos, de um exército de cerca de um milhão de homens (KENNEDY, 1989, 319).

Desse modo, a indústria militar passou a demandar gastos públicos ainda maiores que aqueles promovidos pelo New Deal. Em maio de 1940, através da requisição de uma apropriação especial de quase 1 bilhão de dólares, o orçamento anual foi elevado para um montante de mais de 3 bilhões de dólares, valor sem precedentes na história dos EUA. As leis antitruste foram suspensas para o setor de produção bélica e afrouxou-se a regulamentação sobre os contratos de compras de armamentos. Segundo Katznelson (2013, p. 307) “Enquanto o dinheiro fluía [...], as fábricas americanas expandiam-se, e a produção de armas começou a prover um antídoto poderoso para a depressão econômica recorrente”¹⁸. Isso engendrou uma maior distribuição de renda e desenvolvimento, de modo que a economia de defesa, aliada aos esforços de guerra, provocou uma mudança social fundamental nos Estados Unidos (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 352).

No plano internacional, a Grã-Bretanha vinha enfrentando sérios desequilíbrios de balança comercial e uma grande escassez de dólares, de modo que não era mais possível pagar à vista os insumos importados dos EUA. Assim, Churchill demandou uma reformulação nos termos propostos no *Pague e Leve*. Roosevelt, que entendia que enviar esses produtos aos aliados seria melhor que estocá-los, propõe a Lei de Empréstimos e Arrendamentos (*Lend Lease*). Essa lei outorgava poderes ao presidente para que ele pudesse vender, transferir, emprestar ou enviar qualquer material para nações aliadas cuja defesa fosse considerada vital para a segurança dos EUA. A aprovação desse instrumento, na prática, pôs fim às leis de neutralidade e colocou os EUA em uma posição de envolvimento muito mais profundo com a guerra europeia (ALMEIDA, 2013, p. 24; HERRING, 2008, p. 524).

A consequência desse maior envolvimento viria no teatro do Pacífico. O desgaste nas relações com o Japão, a assinatura do Pacto Tripartite¹⁹ e a suspensão completa do comércio entre EUA e Japão culminaram no ataque a Pearl Harbour. Esse ataque eliminou qualquer entrave que ainda restava a uma mobilização completa da produção industrial para a guerra. Em menos de dois anos o país seria levado praticamente ao pleno emprego (ALMEIDA, 2013, p. 25). Em 1944, o desemprego caiu para 1,2% da força de trabalho, uma baixa recorde na história da economia estadunidense (SAMUELSON, 2002).

¹⁸ Tradução nossa do original em inglês.

¹⁹ Também chamado de Pacto do Eixo, assinado em Berlim pela Alemanha, Itália e Japão.

Essa imensa ampliação do emprego e da produção, foi resultado também do esforço administrativo de reorganização da gestão da economia, resultante do uso das agências criadas no New Deal para organizar a atividade dos funcionários federais e a mobilização de guerra. A expansão produtiva então possibilitada pode ser ilustrada pelos dados sobre a produção de aeronaves no período.

Tabela 6: Produção de aviões das potências, 1939-1945

País\Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
EUA	5.856	12.804	26.277	47.836	85.898	96.318	49.761
URSS	10.382	10.565	15.735	25.436	34.900	40.300	20.900
GB	7.940	15.049	20.094	23.672	26.263	26.461	12.070
ALE	8.295	10.247	11.776	15.409	24.807	39.807	7.540
JAP	4.467	4.768	5.088	8.861	16.693	28.180	11.066
ITA	1.800	1.800	2.400	2.400	1.600	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela de Kennedy (1989, p. 339)

A indústria naval também foi mobilizada através da USMC e, assim como a indústria aeronáutica, evidenciou-se um surto de produção. Essa expansão produtiva alcançou, em última instância, toda a economia. Desse modo, o crescimento se deu em um contexto de controle do nível geral dos preços efetuado pelas agências federais. O Escritório de Administração de Preços (*Office of Price Administration*) era responsável por tentar conter a inflação. Entre abril de 1942 e junho 1946, período em que os controles foram mais rigorosos, a taxa anual de inflação foi de 3,5%. Em alguns meses, a taxa ultrapassou os 10%, entretanto, com os salários reais aumentando cerca de 65% no curso da guerra, as taxas de inflação não impediram que muitos cidadãos dispusessem de uma melhora na qualidade de vida durante o período (KENNEDY, 1999, p. 641).

A produção militar também representou grandes incentivos em termos de desenvolvimento tecnológico e científico. Tanto inovações administrativas quanto de engenharia foram cruciais para o desenvolvimento do B-29 Superfortress. Bombardeiros pesados como esse eram armas sofisticadas que demandaram o desenvolvimento de novos sistemas de miras, radares, motores de alta performance, avanços significativos de engenharia e metalurgia, e até mesmo mudanças organizacionais nas fábricas. O projeto do B-29 abrangeu centenas de milhares de trabalhadores, quatro grandes fábricas, e o montante de 3 bilhões de dólares em investimento do governo, exigindo uma capacidade de gestão sem precedentes, e a interação de grandes empresas privadas com os sindicatos (VANDER-MEULEN, 1995, p. 7).

Além disso, os esforços de pesquisa e desenvolvimento (P&D) também ficam evidentes no trabalho dos laboratórios e centros que buscavam a produção da bomba atômica. Nesse contexto, o progresso tecnológico foi acompanhado de uma taxa de crescimento sem precedentes na economia estadunidense entre 1941 e 1945. O Produto Nacional Bruto (PNB) dos EUA cresceu de 88,6 bilhões de dólares em 1939 para 135 bilhões de dólares em 1944 (medido em dólares constantes de 1939). E a produção relacionada à guerra disparou de 2% em 1939, para 10% em 1941 e chegou a 40% do PIB em 1943. Essa expansão da renda nacional também se traduziu em um aumento de 12% no consumo de produtos e serviços entre 1939 e 1944 (MILWARD, 1979, p.63).

Desse modo, com o fim do conflito mundial, o equilíbrio de poder global que emergiu era totalmente diferente de seu antecessor. Potências europeias como França e Itália já haviam eclipsado, a tentativa alemã de dominar a Europa colapsou e a Grã-Bretanha continuava em declínio. No extremo oriente, as pretensões de dominação do Japão também tinham sido desmanteladas. O mundo tinha sido exaurido pela guerra; assim, os Estados Unidos da América despontam como superpotência no Sistema Internacional. Juntamente com a URSS, também uma superpotência, desenham-se os contornos do mundo bipolar (KENNEDY, 1989, p. 343).

Entre as potências, os EUA foi a única que se tornou muito mais rica após a guerra. Mais da metade da produção industrial do mundo ocorria em território estadunidense e um terço das exportações mundiais eram fornecidas por este Estado. Esse vigor econômico foi acompanhado do poderio militar, os EUA possuíam então a maior marinha do mundo, com ampla capacidade de projetar poder ao redor do mundo. O país contava também com imponente poder aéreo e com as bombas atômicas (KENNEDY, 1989, p. 344).

Além disso, como indica Bueno (2009, p. 51) a reorganização do Sistema Monetário no pós-guerra, que culminou com os acordos de *Bretton Woods*, estabeleceu um sistema de restrição de liberdade de fluxo de capitais, visando incentivar políticas monetárias expansionistas para os países que necessitavam se reconstruir. Essa nova estrutura representou a mundialização do pacto social que havia se conformado no interior dos EUA. O câmbio fixo baseado no dólar concedeu uma importante estabilidade para expansão do comércio internacional que entrou em conflito com os interesses dos banqueiros internacionalistas de Nova Iorque (MCKINNON, 1993, p. 14).

Pode-se dizer, então, que a Segunda Guerra Mundial forjou as estruturas do complexo militar-industrial dos EUA e também as bases de seu poder global. Com o fim do conflito, a nova percepção de poder que o país passou a ter de si mesmo, bem como o novo cenário geopolítico da disputa econômica e ideológica com a URSS propiciaram uma rápida expansão

das forças armadas estadunidenses. A Guerra Fria a partir de então engendrou os argumentos necessários para que as estruturas da base industrial de defesa fossem replicadas e expandidas (ALMEIDA, 2013, p. 50).

Nesse contexto destacam-se dois instrumentos: o Plano Marshall e a NSC-68 (*National Security Council Report* nº 68). O Plano Marshall, através da reconstrução da Europa Ocidental, angariou uma contribuição decisiva para a expansão do comércio e da produção mundiais nas décadas de 1950 e 1960. Ainda assim, a integração europeia e a expansão econômica mundial necessitavam de uma reciclagem da liquidez mundial mais abrangente do que aquilo que proporcionava o Plano Marshall. Foi no maciço esforço de rearmamento que se resolveu esse problema. A NSC-68 foi um documento concluído pelo Departamento de Estado e aprovado por Truman em abril de 1950, que previa um rearmamento maciço dos EUA e dos seus aliados justificado pelo enfrentamento ao “projeto hostil” da União Soviética. Esse documento em conjunto com o envolvimento na Guerra da Coreia, possibilitou uma ampliação do orçamento anual para defesa que correspondeu a um aumento de três vezes em relação ao valor original apresentado pelo Pentágono para 1950. A ideia era de que

O rearmamento nacional proporcionaria um novo meio de sustentar a demanda, de modo que a economia não ficasse mais dependente da manutenção de um superávit de exportações. A assistência militar à Europa proporcionaria um meio de continuar a prestar-lhe assistência após o fim do Plano Marshall. E a estreita integração das forças militares europeias e norte-americanas proporcionaria um meio de impedir que a Europa, como região econômica, se fechasse para os Estados Unidos (BLOCK, 1977, p. 103-104²⁰ apud ARRIGHI, 1996, p. 306).

Assim, com o governo dos EUA agindo como um banco central do mundo, foi possível que a produção e o comércio se expandissem em uma velocidade sem precedentes. Segundo Arrighi (1996, p. 307), o período que vai da Guerra da Coreia até a Guerra do Vietnã é o que ficou conhecido como “a idade de ouro do capitalismo”, em que se constitui uma fase de expansão material (DM) da economia mundial capitalista. Nesse período, o capital excedente foi reinvestido em produção e comércio de mercadorias, em uma escala suficientemente grande para engendrar uma nova divisão do trabalho dentro e entre distintas organizações governamentais e empresariais.

Essa expansão, viabilizada especialmente pelo crescente nível de investimento em tecnologia e sistemas de combate, levou ao desenvolvimento de uma grande e permanente

²⁰ BLOCK, Fred. **The Origins of International Economic Disorder: A Study of United States Monetary Policy from World War II to the Present.** Berkeley, CA: University of California Press, 1977.

indústria de defesa. Nos primeiros anos, a emergência do setor tornava-o dinâmico, com baixas barreiras à entrada e saída de empresas e altas taxas de mudança tecnológica. Ao final da década de 1950, o setor de defesa era um dos líderes na economia nacional estadunidense. Como consequência, a relação e a gestão do governo sobre a indústria de defesa se alteraram. Foram criadas várias instituições importantes e o Departamento de Defesa (DoD) ampliou seu controle sobre as atividades de P&D e as licitações de armamentos (WATTS, 2008, p. 15-16).

Ainda, o *Defense Production Act*, criado em 1950, permitiu que o Estado planejasse e controlasse potenciais surtos produtivos e alocasse recursos críticos de acordo com as necessidades de defesa. Ainda, o *National Science Foundation Act*, também de 1950, ao enfatizar a necessidade do desenvolvimento científico e tecnológico, estimulou vários programas em parceria com universidades e viabilizou a fundação de inúmeras agências também voltadas para o fim de pesquisa, como a *National Science Foundation*, a *National Aeronautic and Space Administration* (NASA), a *Advanced Research Projects Agency* (ARPA) e o *Defense Science Board* (GASNLER, 2011, p. 12-15).

Cabe salientar que o desenvolvimento do setor aeroespacial estimulou grandes inovações, tanto em termos administrativos quanto tecnológicos. No campo administrativo, a criação de ferramentas como o Programa Técnico de Revisão e Avaliação²¹ revolucionaram as formas de se resolver questões complexas nos negócios, no governo e na sociedade. Além disso, o financiamento do setor orientou os rumos da pesquisa científica no pós-guerra, determinando a evolução de variadas tecnologias fundamentais e criando bases para o surgimento de novas indústrias que definiriam o futuro não só dos EUA, mas do mundo (CROUCH, 2008, p. 546).

Entretanto, como nos outros ciclos de acumulação, as pressões competitivas tiveram como consequência a retirada significativa do capital monetário de circulação. Isso pode ser atribuído, também, à independência do *FED* em relação ao governo e suas diferentes interpretações sobre o combate à inflação. A eclosão da Guerra da Coreia havia feito com que alguns empresários aumentassem deliberadamente seus preços numa tentativa de se anteciparem à inflação que possivelmente viria. Assim, o governo Truman promove um aumento nas taxações sobre essas práticas. Enquanto a equipe do governo acreditava no congelamento de preços como meio de conviver com uma inflação moderada, o *FED*, com maior poder de influência sobre a política monetária, exigiu a retirada de moeda da economia, ou seja, uma política monetária restritiva (ROCKOFF, 2012, p. 246-254).

²¹ Do inglês, Program Evaluation Review Technique (PERT), foi uma ferramenta criada para manter o controle do programa Polaris de mísseis instalados em submarinos. Tinha como função agendar, organizar e coordenar tarefas de um projeto (CROUCH, 2008, p. 546).

Cabe ressaltar ainda que com o passar do tempo foi-se modificando a estrutura de mercado vigente no setor de defesa. Ao final da década de 1950, já era possível identificar duas tendências: (i) o aumento da concentração do setor nas firmas mais fortes; e conseqüentemente, (ii) o aumento das barreiras à entrada e saída, especialmente devido às exigências tecnológicas que demandavam maior escala para reduzir os custos de produção (WATTS, 2008, p. 16-17).

Ainda assim, até o final dos anos 1960 a importância da indústria de defesa como importante base geradora de renda e empregos na sociedade de bem-estar estadunidense se manteve. Entre 1952-1962 os gastos militares corresponderam a mais de 50% do orçamento federal; e no decênio seguinte, 1962-1971, o valor estava em cerca de 40%. Entre 1946 e 1970, o governo dos EUA gastou 1,1 trilhão de dólares em investimentos militares, “quantia superior ao valor de todas as estruturas empresariais e residenciais nos Estados Unidos em 1967” (CROUCH, 2008, p. 541).

3.3 Mudanças nas bases de condução do capitalismo e reestruturação da Indústria de Defesa

Pode-se dizer que até o fim da década de 1960 os EUA mantiveram, apesar das diferenças pontuais entre as gestões dos diferentes presidentes, as bases de condução da economia que haviam logrado reestruturar o sistema capitalista após a Crise de 29.

Após o governo de Truman, Dwight D. Eisenhower (1953-1961) realizou uma gestão um pouco mais liberal do ponto de vista do papel que acreditava que o Estado devia ter sobre a economia, sendo um dos lemas de sua administração “menos governo nos negócios”. Entretanto, a manutenção de programas sociais e da sociedade de bem-estar não foi posta em cheque, contando com ampliação de benefícios previdenciários e do salário mínimo. No que tange à indústria de defesa, enfatizou-se a necessidade de economicidade de recursos e apostou-se no desenvolvimento de armas nucleares em detrimento de capacidades convencionais e gastos com pessoal. Ainda assim, na prática, o orçamento de defesa foi apenas marginalmente reduzido entre 1954 e 1958, voltando a crescer após esse período (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 378-379).

Os mandatos de John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, por outro lado, sob os ideários do “Sonho Americano” e da “Grande Sociedade”, promoveram inicialmente a retomada de um papel mais assertivo do Estado em relação à economia. Entre 1960-1964, o PIB cresceu quase 25% e a taxa anual de inflação permaneceu em cerca de 2%. Os programas de defesa e pesquisa e desenvolvimento de tecnologia espacial continuaram a ser ampliados e favoravelmente recepcionados pelo Congresso (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 396-397).

O período seguinte, contudo, entre 1968 e 1973, marcou uma mudança significativa no capitalismo mundial:

Durante esses anos, os depósitos no chamado mercado de eurodólares ou de eurodivisas passaram por uma alta repentina, seguida por vinte anos de crescimento explosivo. E, durante esses mesmos seis anos, o sistema de paridades fixas entre as principais moedas nacionais e o dólar norte-americano, bem como entre o dólar norte-americano e o ouro, que tinha vigorado durante toda a fase de expansão material, foi abandonado em favor do sistema de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes. [...] a acumulação de uma massa crescente de liquidez mundial, em depósitos que nenhum governo controlava, exerceu uma pressão cada vez maior sobre os governos, no sentido de que eles manipulassem a taxa de câmbio de suas moedas e as taxas de juros, a fim de atrair ou repelir a liquidez mantida nos mercados *offshore*, para compensar a escassez ou os excessos em suas próprias economias internas. Por outro lado, as alterações contínuas nas taxas de câmbio entre as principais moedas nacionais, bem como dos diferenciais das taxas de juros, multiplicaram as oportunidades de expansão do capital mantido em mercados monetários *offshore*, através da comércio e especulação com divisas. Como resultado dessas ocorrências mutuamente reforçadas, em meados da década de 1970 o volume das transações puramente monetárias realizadas nos mercados monetários *offshore* já ultrapassava em muitas vezes o valor do comércio mundial (ARRIGHI, 1996, p. 308-309).

Esse período coincide com os desencadeamentos da Guerra do Vietnã que marcou um período de inflação, queda do crescimento econômico e convulsão social. O conflito se iniciou apenas alguns meses após um corte de impostos promovido pelo governo Johnson. Como modo de financiar o conflito, optou-se por um incremento de impostos sobre o consumo que, mostrando-se insuficiente, foi seguido por emissão de moeda e a criação de um imposto adicional de renda que seria cobrado temporariamente. As pressões sociais pelo fim da Guerra do Vietnã, conflito extremamente impopular nos EUA, levam à ascensão de Nixon, sob uma campanha que preconizava o fim da conscrição no Exército.

Assim que assumiu a presidência, Nixon previa reduzir os gastos militares, conter a inflação e recuperar a competitividade das empresas estadunidenses, sem que isso implicasse em um declínio da posição do país ou da própria OTAN derivado das consequências econômicas e políticas da Guerra do Vietnã. Assim, surge uma nova doutrina que buscava ratear os custos da segurança internacional e mudaria as relações internacionais dos EUA. A Doutrina Nixon ou Doutrina Guam, determinava que a despeito de manter um auxílio econômico e militarmente aos seus aliados, os EUA não se envolveriam diretamente em suas guerras. Desse modo, seus aliados deveriam desenvolver capacidades militares próprias. Isso significava, em termos de política externa, que os EUA passavam a apostar na multipolaridade, abrindo uma oportunidade de desenvolvimento mais autônomo de Potências Regionais (IAKOVLEV, 1988, p. 238).

Nixon assinou os Acordos de Paz de Paris, mas, internamente, também pôs fim ao ideário da “Grande Sociedade”, substituindo-o pelo “Novo Federalismo”. Em 1974, quando

Gerald Ford assumiu a presidência, os EUA estavam mergulhados na sua pior recessão em quatro décadas (ROCKOFF, 2012, p. 289; SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 426-433).

Durante a gestão Roosevelt, o controle da liquidez mundial tinha passado da iniciativa privada para órgãos públicos. Essa foi uma condição que possibilitou o keynesianismo global que se seguiu. A indiferença aos princípios de moeda forte tivera a finalidade social de estabelecimento do novo pacto (New Deal) interno e depois internacional. Entretanto, ao final da década de 1960 essa configuração começara a se inverter novamente (ARRIGHI, 1996, p. 318; 331).

Em 1971 os Estados Unidos abandonam a convertibilidade e, em 1973, a paridade do dólar ao ouro, dando fim ao que fora estabelecido nos acordos de Bretton Woods. Essa mudança reintroduziu a possibilidade de maior mobilidade de capitais no sistema financeiro (ALMEIDA, 2013, p. 83). A maciça transnacionalização dos processos produtivos e a emergência de uma estrutura cosmopolita da economia mundial foi um componente dessa flexibilidade com que o capital passou a entrar e sair das jurisdições políticas. Assim, a aliança com as altas finanças privadas, a opção por políticas monetárias restritivas e a elevação das taxas de juros aparecem como novo meio de poder mundial para os EUA, que buscavam o restabelecimento da confiança no dólar (ARRIGHI, 1996, p. 331).

No que tange à indústria de defesa, o trauma da Guerra do Vietnã, findada em 1973, provocou um declínio considerável no orçamento do Pentágono. Os gastos com defesa mantiveram-se baixos tanto no governo de Gerald Ford (1974-1977), quanto na administração de Jimmy Carter (1977-1981). Ao final desse período, os investimentos do governo dos EUA em defesa haviam atingido seu nível mais baixo desde 1951. A política da *détente* com a URSS justificava esse quadro. Nesse contexto, o *Committee on The Present Danger* (CPD), um *think tank* formado em 1950 para promover os altos gastos em defesa, passou a lançar uma série de relatórios (HARTUNG, 2011, p. 133).

Sob influência dos relatórios do CPD, Reagan, ao chegar ao poder, promoveu uma das maiores políticas de estímulo à produção bélica já vistas. Para isso, foi posto um fim à *détente* e se retomou a corrida armamentista com a URSS, através da *Strategic Defense Initiative* (SDI), que deu início a chamada Guerra nas Estrelas, apostando, assim, na desestabilização econômica do Bloco Comunista (VISENTINI, 1992, p. 20).

Desse modo, Reagan deu novo fôlego às firmas do setor de defesa, injetando um grande volume de dinheiro superior aos gastos do período da Guerra do Vietnã (SCHNEIDER e MERLE, 2004). Entretanto, a SDI acabou intensificando a tendência de concentração da indústria de defesa juntamente com o surgimento de uma nova doutrina operacional que

apostava na vantagem qualitativa dos sistemas. Essa doutrina estava baseada na primazia tecnológica de sistemas de precisão, no amplo uso de operações conjuntas, e na utilização da aviação para ataques em profundidade na retaguarda inimiga. Decorreu disso um significativo encarecimento das unidades dos sistemas, dotados de tecnologias de ponta, em detrimento da escala de produção dos armamentos.

Assim, privilegiou-se as firmas com vantagens tecnológicas na produção de satélites, sensores, sistemas de inteligência, processamento de dados e comando e controle (ROBERTS, 2010, p. 250-253). Desse quadro, inicia-se uma onda de fusões e aquisições de empresas, com objetivo de evitar falências, que intensifica um movimento de concentração de capital que teve seu ápice nos anos 1990, na administração de Bill Clinton. Assim, o que ocorre por volta da década de 1980 é uma modificação na própria estrutura concorrencial da indústria de defesa, que passa a se caracterizar como um mercado oligopolístico de grandes e poucos fornecedores em cada setor que possuíam grande controle de mercado (GANSLER, 2011, p. 34).

Esse cenário estava em consonância também com a nova política econômica implementada por Reagan. Inicialmente, implementou-se uma política monetária recessiva para conter a inflação. Concomitantemente, visou-se desmantelar a implementação de um Estado de bem-estar social, a partir de cortes de políticas sociais e do enfraquecimento de sindicatos. Mas principalmente, a política fiscal de redução de impostos, principalmente sobre as maiores rendas, visava estimular o investimento das grandes corporações e ampliar significativamente o orçamento de defesa, também incidindo na tendência de concentração do mercado (SELLERS; MAY; McMILLEN 1990, p. 445).

Assim, essa nova configuração das empresas e as políticas de aquisição de sistemas possibilitou um investimento pesado em P&D, como no programa de desenvolvimento de Sistema Antimísseis Balísticos, que visava impossibilitar ataques aos EUA de ogivas nucleares. Assim, desenvolveram-se importantes tecnologias de ponta no país. Ademais, pode-se dizer que do ponto de vista estratégico, foi possível atingir o objetivo do enfraquecimento econômico da URSS (SCHNEIDER; MERLE, 2004).

O que não foi mais feito, contudo, foi um planejamento estratégico de longo ou médio prazo que tivesse capacidade de conciliar os desenvolvimentos da indústria de defesa com as necessidades de desenvolvimento econômico e social do país como fora possível nas décadas anteriores. O Capitalismo Organizado permitira que o Estado garantisse que o investimento em defesa fosse funcional para o desenvolvimento socioeconômico após a Segunda Guerra Mundial. As novas medidas, entretanto, não atingiram toda a economia e os gastos militares passaram a ser uma prática a despeito da promoção de renda, gerando inclusive queda de muitos

empregos industriais no país, uma vez que a desregulamentação implicou na saída de importantes empresas dos EUA em busca por mão-de-obra barata. Isso causou queda no salário real estadunidense. Ademais, um grande endividamento da economia transformou os EUA, em poucos anos, de credores a devedores internacionais (GILPIN 2002, p. 378-382; SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990, p. 445-446).

3.4 Conclusões Preliminares

Pode-se concluir preliminarmente desse capítulo que a origem de uma Base Industrial de Defesa propriamente dita nos EUA remonta ao período que segue a Crise de 29. A BID surge com o estímulo deliberado do Estado, que entendeu que os gastos em defesa poderiam cumprir um importante papel no reaquecimento da economia estadunidense que passava por um grave quadro de subutilização e desemprego, além de ter sido fortemente estimulado pelo cenário internacional com a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Assim, os EUA também rompem com a política externa isolacionista e passam a assumir um papel assertivo no plano internacional, dada sua pujança econômica e militar. As diversas agências criadas para estimular a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para o setor militar foram de fundamental importância para as inovações na economia dos EUA. Cita-se como exemplo a indústria aeroespacial que além de ter determinado a evolução de variadas tecnologias fundamentais, criou bases para o surgimento de novas indústrias que definiriam o futuro não só dos EUA, mas do mundo.

Entretanto, as mudanças de rumo na condução do capitalismo nos EUA, o rompimento com o New Deal e Bretton Woods e as novas doutrinas operacionais engendraram significativas mudanças nas estruturas da BID do país, que de certo modo perde sua funcionalidade enquanto um dos pilares do desenvolvimento econômico e social dos EUA (TERRES, 2015).

4 O COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (1978-2000): O EXÉRCITO NO CENTRO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

O estudo de caso apresentado nesse capítulo é o que mais difere dentre os casos escolhidos, especialmente devido às especificidades da história da China e das características da economia chinesa que não se inseriam nos moldes do capitalismo global. Assim, para compreender o caso chinês é necessário entender o sentido da Grande Estratégia que foi perseguida pelo país nas diferentes fases pelas quais passou esse Estado até chegar no modelo econômico que encontramos hoje.

Assim, este capítulo está dividido em três seções. Em um primeiro momento, busca-se traçar o papel histórico que foi desempenhado pelo Exército de Libertação Popular (ELP) na promoção da estratégia de desenvolvimento e na própria consolidação do Estado chinês em suas primeiras décadas. Na segunda seção, aborda-se o período de reforma e modernização do Estado, que relegou ao ELP um papel importante na inserção da República Popular da China em um novo modelo econômico, quando conforma-se o que Mulvenon (2001) chamou de Complexo Militar de Negócios. Por fim, procura-se delinear os desdobramentos do fim do Complexo Militar de Negócios e os desenvolvimentos mais recentes da indústria de defesa da China a partir daí.

4.1 O papel do Exército de Libertação Popular na estratégia de desenvolvimento chinesa (1949-1970)

Desde o estabelecimento da República Popular da China (RPC) em 1949, o ELP foi uma peça importante dentro da estratégia de desenvolvimento que foi perseguida pelo Estado Chinês. O envolvimento do ELP em atividades econômicas remonta à época anterior à fundação da RPC. Enquanto lutavam uma guerra de guerrilha contra as forças do Japão, o então Exército Vermelho tinha como imperativo para a manutenção da revolução a autossuficiência das unidades em um sistema autárquico e descentralizado de produção agrícola e de peças de artilharia. A necessidade de autossuficiência se salientava ainda mais nos períodos difíceis como a Quinta Campanha (*Fifth Encirclement Campaign*) e a Grande Marcha (MULVENON, 2001, p. 21-22)

Em 1936, após a Grande Marcha, houve um aumento da escala e uma diversificação da produção nas unidades do ELP; entretanto, foi quando o Partido Comunista da China (PCCh) voltou suas atenções apenas para o combate aos Nacionalistas – após a derrota das tropas japonesas (1945) – que o ELP começou a lutar uma guerra de posição mais convencional e a

capturar as instalações industriais, que seriam o coração do complexo industrial de defesa da RPC após 1949. Mais ao final da guerra, o ELP também começou a institucionalizar sua economia interna de fazendas e instalações de produção que originariam o que Mulvenon chamou de Complexo Militar de Negócios após 1978 (MULVENON, 2001, p. 22, 34-35).

A partir de 1949, a China passou por uma fase de consolidação do controle do PCCh sobre os territórios, as atividades econômicas e a definição das características do novo Estado. Logo após, ingressou-se no chamado Período Soviético (1953-1958) (ROBERTS, 2012, p. 358). Esse período se caracterizou pela implementação de uma política de transformação socialista, com adoção do planejamento estatal. O modelo de desenvolvimento tinha como centro dinâmico a indústria pesada, com destaque para a siderurgia, sendo o Primeiro Plano Quinquenal o símbolo do período. Durante a vigência desse plano, a produção industrial chinesa duplicou, com os aumentos mais significativos nos setores de aço, petróleo e produtos químicos. Nessa fase, a China inseriu-se no sistema internacional de forma associada e dependente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Segundo Roberts (2012, p. 368), cerca de 50% dos investimentos industriais na China derivaram direta ou indiretamente da URSS, e o fornecimento de fábricas, informações e técnicos soviéticos para a China já foi descrito por alguns estudiosos como a maior transferência de tecnologia da história (NAUGHTON, 1991, p. 226-254).

No que concerne ao ELP, a experiência na Guerra da Coreia (1950-1953) havia demonstrado a falta da standardização de seus armamentos que em sua maioria haviam sido capturados das forças nacionalistas do Kuomintang ou dos japoneses. A limitação da indústria chinesa podia ainda ser vista em termos comparativos, pois enquanto os EUA eram capazes de produzir milhões de toneladas de munição anualmente, a produção da China ficava na casa de apenas alguns milhares. Além disso, o conflito evidenciou os problemas de uma infantaria não motorizada e falhas logísticas e de falta de suprimentos (YU, 2001, p. 13-15).

Assim, após o conflito da Coreia, Peng Dehuai foi nomeado ministro da defesa e implementou uma série de reformas destinadas a transformar o exército em uma força profissional (ROBERTS, 2012, p. 382). Em meados da década de 1950, o ELP – que participava das atividades de produção agrícola e industrial para a reconstrução do Estado chinês – passou a concentrar mais suas atividades na produção especificamente militar, com a produção de armamentos modernos, equipamentos de comunicação e veículos de transporte militar (MULVENON, 2001, p.41). Destaca-se a prioridade dada à motorização e mecanização do

exército, especialmente com a fabricação de peças de artilharia, carros de combate (MBT²²) e veículos utilitários.

O rompimento sino-soviético, entretanto, marcou uma mudança significativa de direção na Grande Estratégia chinesa. Além dos conflitos de cunho ideológico entre Mao e Khrushchev, a ascensão deste como líder da URSS representou, no âmbito da Guerra Fria, o início da chamada coexistência pacífica, ou *détente*, com os EUA. Essa possibilidade de concertação punha em cheque a manutenção da China sob o guarda-chuva nuclear soviético. Em meio a este contexto internacional, em 1958 eclodiu a Segunda Crise do Estreito de Taiwan; os EUA, demonstrando sua inclinação em apoiar o governo nacionalista do Koumintang, forneceram sistemas de armas com capacidade de entrega de artefatos nucleares para Taiwan e para a Coreia do Sul. Em Taiwan foi instalado o Sistema Matador²³, inaugurando uma fase de intimidação nuclear sobre a China (MARTINS, 2013, p. 109).

A reação da URSS à crise foi a suspensão da cooperação nuclear, a retirada de técnicos russos da China e o cancelamento dos projetos de ajuda, marcando o começo de uma fase de isolamento da RPC (KISSINGER, 2011, p. 185). Esse quadro estimulou o aprofundamento de um processo de radicalização política na China que se estabeleceu a partir do Grande Salto Adiante (LÜTHI, 2008, p. 81).

Com alicerce na Teoria da Revolução Permanente, ocorreu a criação, no âmbito militar, das Milícias Populares e o armamento de camponeses, o que surgiu como uma lembrança da guerra popular como meio de se defender da ameaça nuclear. Conseqüentemente, essa mudança de direção impactou também nas interações entre o partido, a economia, a gestão industrial, a estratégia educacional e as relações externas. No âmbito da produção, passou-se a criticar a concentração e o foco do Primeiro Plano Quinquenal na indústria pesada. O modelo de produção passou a ser baseado nas Comunas do Povo – tanto nas zonas rurais quanto urbanas – com objetivo de que o país conquistasse a autossuficiência (ROBERTS, 2012, p. 368-372). O Partido Comunista mais uma vez chama o ELP a concentrar suas atividades no suporte econômico, dessa vez com grande ênfase na produção agrícola (MULVENON, 2001, p.44).

O fracasso do Grande Salto foi seguido de um período marcado por uma cisão no interior do partido entre facções com diferentes objetivos revolucionários. A ala reformista teve sua influência aumentada em relação à ala maoísta, que comandara o Grande Salto, e buscou reverter o quadro em que o país se encontrava. Essa disputa entre a ala maoísta do PCCh e seus

²² Sigla do nome em inglês, Main Battle Tank, que designa tanques blindados e equipados com armamentos pesados.

²³ O Sistema Matador era um míssil cruzador capaz de entregar uma ogiva nuclear W5.

opositores prepararia o terreno para um novo período de radicalização (ROBERTS, 2012, p. 379).

No plano internacional, esse período foi marcado pelo tensionamento nas fronteiras chinesas. Na fronteira soviética, ocorreram uma série de incidentes relacionados à demarcação fronteiriça; em 1962, eclodiu a Guerra Sino-Indiana; e, em 1964, o Incidente do Golfo de Tonkin levou a uma escalada estadunidense na Guerra do Vietnã. Assim, “A China, mal terminando de superar a fome no país, agora tinha adversários declarados em todas as fronteiras.” (KISSINGER, 2011, p. 196).

Desse modo, para fazer frente a uma possível invasão, tem início o projeto de construção da Terceira Linha de Defesa, ou Terceira Frente (LÜTHI, 2008b, p. 26). Baseado tanto na experiência da Segunda Guerra Sino-Japonesa, quanto na construção de túneis durante o conflito na Coreia – que impedira a utilização de armas nucleares contra a China – o projeto consistiu em um imenso programa de transferência de indústrias das áreas costeiras para regiões a ocidente no território chinês. Desse modo, constituía-se uma defesa em profundidade, para garantir que a base industrial fosse preservada mesmo em caso de bombardeios ao território chinês. 40% do orçamento anual do governo foi dedicado, durante uma década, a este objetivo (ROBERTS, 2012, p. 391-392).

A hostilidade no cenário internacional impulsionou o programa nuclear chinês, com a explosão do primeiro artefato de fissão em 1964, e, apenas dois anos e meio depois, em menos tempo que qualquer das potências nucleares, do primeiro artefato de fusão (WHITSON, 1973, p. 74). Ainda assim, o país ainda se encontrava numa situação de vulnerabilidade, pois não possuía sistemas de entrega para seus armamentos nucleares. Essa situação intensificou a polarização entre as diferentes facções do PCCh, levando ao retorno da ala maoísta ao poder, e ao início de um novo período de radicalização com a Revolução Cultural. A Revolução Cultural que iniciou em 1966 foi, segundo Kissinger (2011, p. 197), “uma década de frenesi ideológico, sectarismo político feroz e quase guerra civil”.

O impacto econômico da Revolução Cultural foi limitado. A queda da produção industrial e agrícola caiu temporariamente, mas já em 1970 eram maiores q os níveis anteriores. Entretanto, houveram efeitos indiretos mais significativos: (a) politicamente, os tomadores de decisão eram constrangidos pelo receio de represálias políticas e (b) no que concerne à gestão industrial, a disputa entre sindicatos conservadores e os radicais propiciou que os trabalhadores adquirissem um papel na gestão das empresas, que culminou com a construção da gestão pelos comitês revolucionários após o período (ROBERTS, 2012, p. 391).

Desse modo, ao longo dessa época, o ELP manteve suas atividades econômicas de produção especialmente por dois motivos: (1) a necessidade de manutenção das Forças diante das dificuldades do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural, e (2) a manutenção da coesão social, já que o ELP possuía uma boa reputação entre o campesinato, oriunda de seus serviços prestados durante a colheita, ainda no período em que lutava uma guerra de guerrilha contra os japoneses, sendo portadores de certa admiração por sua força moral (MULVENON, 2001, p. 37).

4.2 O período Deng Xiaoping e a Transição Econômica: Complexo Militar de Negócios

É possível identificar que, desde 1965, a postura da China em relação aos EUA começou a dar sinais de alteração. Mao, em entrevista ao jornalista estadunidense, Edgar Snow, declarou que lamentava que as forças históricas tivessem impossibilitado qualquer contato entre os dois países nos últimos 15 anos, mas que acreditava que esse quadro não terminaria na tragédia que seria uma guerra. Naquele momento, os EUA escalavam sua presença militar no Vietnã; a China, por outro lado, limitou-se ao apoio logístico, declarando que os problemas vietnamitas deveriam ser resolvidos por eles. Segundo Snow, ficava claro que a China não se engajaria no enfrentamento direto aos EUA em territórios estrangeiros (KISSINGER, 2011, p. 208).

A existência de tensionamentos com os vizinhos, URSS, Índia e Japão fora apresentada por Mao como elemento que sugeria cautela e negociação com os países distantes. Assim, em 1969, o discurso de posse de Nixon seria visto como uma oportunidade de algum tipo de concertação (KISSINGER, 2011, p. 212). Do ponto de vista estadunidense, a reaproximação com a China era vista como meio de balancear a URSS. O enfrentamento sino-soviético na ilha Zhenbao (ou Damansky, em russo) em 1969 – pouco tempo depois da ocupação da Tchecoslováquia – leva Nixon a declarar que o esmagamento da China não era do interesse dos EUA. Essas manobras abririam caminho para o fim da Revolução Cultural e o início da abertura chinesa, com a primeira missão secreta de Henry Kissinger, então conselheiro de Segurança Nacional, para a China em 9 de julho de 1971. A Terceira Guerra do Vietnã impulsionaria a concertação entre EUA e China, pelo interesse comum em não permitir a formação de uma Federação Indochinesa. Além disso, a gestão de Reagan, ao iniciar a chamada Segunda Guerra Fria, pondo fim a détente, passou a adotar uma postura mais ofensiva em relação a URSS. A reorientação da política externa e de segurança da China passaria então a ver no novo cenário internacional uma oportunidade para perseguir a multipolaridade e, assim, o próprio

desenvolvimento chinês (GURTOV, 1993, p. 216; KISSINGER, 2011, p. 221-239, 362; ROBERTS, 2012, p. 395).

No que concerne ao ELP, a herança da Revolução Cultural, como já referido, fora um grande envolvimento nas atividades econômicas produtivas. Em 1971, cerca de 600 mil homens do pessoal militar estavam envolvidos na produção, sendo a expansão da atividade agrícola o foco principal. Assim, em 1972 foi lançada uma diretiva intitulada “Sugestões para o Fortalecimento do Treinamento Militar em 1973”, que estipulava que a porcentagem de pessoal envolvido no treinamento de soldados para a atividade produtiva não poderia passar de 10%. Algumas terras foram entregues ao setor civil e reduziu-se o pessoal envolvido com negócios. Desse modo, em 1976 o número de fábricas e minas sob comando do ELP tinham sido reduzidas de cerca de 2400 para 1000 (MULVENON, 2001, p. 48-49).

Com a reabilitação de Deng Xiaoping, que fora vítima da Revolução Cultural, em 1973, e a prisão do chamado Bando dos Quatro²⁴ após a morte de Mao, possibilita-se a ascensão da ala mais reformista do PCCh ao alto comando do partido. Assim, iniciou-se o período Deng que seria caracterizado por intensas modificações na China (ROBERTS, 2012, p. 397-398).

Após a ascensão de Deng Xiaping ao poder, inicia-se a reforma econômica da China e as Quatro Modernizações. O objetivo principal passava a ser o desenvolvimento das forças produtivas da economia como meio de aumentar o bem-estar da população chinesa. A via da liberação completa das forças de mercado e das privatizações já fora totalmente descartada. Assim, a opção foi por um modelo baseado em reformas graduais, que mantinham setores estratégicos sob controle do Estado (DAMAS, 2014, p. 76-78).

Destarte, a estratégia de desenvolvimento no final da década de 1970 passaria por uma mudança, voltando seu foco para a indústria de bens de consumo. Ainda sob um sistema de planejamento centralizado, que determinava o que devia ser produzido, onde os insumos deviam ser comprados e definia os preços, a indústria passou a atingir um ritmo acelerado de crescimento. A política de autossuficiência foi abandonada e foram criadas as Zonas Econômicas Especiais que tinham objetivo de atrair capital estrangeiro. Procurava-se, com isso, adquirir tecnologias avançadas e informação científica no exterior, conformando um modelo de desenvolvimento Dependente Associado (GURTOV, 1993, p. 215; ROBERTS, 2012, p. 401).

Nesse processo, foi relegado ao ELP um papel central, trazido pela trajetória de envolvimento nas atividades produtivas, mas com objetivo de inserção da economia chinesa em uma lógica de mercado. Assim, a escala e a natureza das atividades produtivas do ELP

²⁴ O Bando dos Quatro representava a facção mais radical do PCCh. Era composto por Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Yao Wenyan e Wang Hongwen (ROBERTS, 2012, p. 396).

extrapolam a lógica de autossuficiência da era maoísta e passam a ser parte da Grande Estratégia nacional de desenvolvimento econômico (LEE, 2006, p. 439).

Durante as primeiras décadas da RPC, o ELP foi receptor de uma importante parte do orçamento do Estado. A participação média dos recursos direcionados ao exército no período foi de 17,2 %, mais do que qualquer outro item considerado individualmente. Quando Deng chega ao poder, o esforço de reforma econômica demandava uma parte significativa do orçamento. Desse modo, a Defesa Nacional passa da terceira para a quarta posição nas prioridades das Quatro Modernizações, atrás da agricultura, indústria e ciência e tecnologia (MULVENON, 2001, p. 51-52).

O ELP, entretanto, era uma instituição muito relevante e com poder de influência política importante na China. Assim, Deng usa a crítica à performance das Forças no Vietnã para engajar o ELP no esforço de reforma como único meio de atingir também a modernização das Forças Armadas. Nas palavras de Deng:

A modernização da Defesa Nacional só pode ser alcançada quando estiver baseada no desenvolvimento da indústria nacional e da agricultura como um todo. A construção econômica do estado é de importância total e o exército deve servi-la e agir dentro da estrutura de construção econômica. (MULVENON, 2001, p. 53)

Para fazer frente ao corte de orçamento, o ELP deveria engajar-se na gestão de empresas militares e na produção agrícola, o que foi formulado em 1981 pela Comissão Militar Central. No período que vai de 1979 a 1984 dois objetivos centrais seriam perseguidos: a consolidação da indústria e a produção agrícola. Assim, essas atividades passaram de uma lógica de auto sustentação, vista nos períodos históricos anteriores, para uma lógica de mercado, sendo a produção agrícola a primeira a ser lançada ao mercado e efetivamente comercializada (MULVENON, 2001, p. 54).

Ao final de 1984, então, os setores militares de produção agrícola e industrial estavam consolidados, formando o que Mulvenon (2001) chamou de o Complexo Militar de Negócios (Military-Business Complex) da China, com uma estrutura voltada para o mercado e a obtenção de lucro. Assim, entre 1980 e 1985 a produção das fábricas do ELP cresceu a uma taxa média de 8,3% ao ano. No setor agrícola, já em 1981 a produção havia crescido 25% em relação a 1977, possibilitando a passagem de um déficit de 40 mil renminbis para um lucro de 7,5 milhões. Essa geração de lucros representava uma renda extra para que o ELP fizesse frente ao corte no orçamento de defesa (MULVENON, 2001, p. 56-57).

Tabela 7: Gasto com defesa e ganhos com a produção (RMB bilhões)

Ano	Gastos com Defesa	Ganhos com a produção
1985	19,15	0,8
1986	20,7	1,167
1987	20,96	2,414

Fonte: Tabela de Mulvenon (2001, p. 67)

Entre 1984 e 1989, o Complexo Militar de Negócios passou por sua fase de crescimento mais intensivo. Nesse período, o ELP se move do foco na agricultura para a manufatura de bens de consumo, como eletrodomésticos, e até aeronaves. Em 1989, as vendas de bens pelas fábricas do ELP atingiram os 20 bilhões de renminbis no mercado chinês e uma receita de 140 milhões em exportações. Essa fase esteve baseada nas seguintes ideias: (a) carregar a tradição de autossuficiência; (b) manter as Forças mesmo com redução do orçamento do Estado; (c) incrementar a renda nacional e impulsionar o programa das Quatro Modernizações; (d) aumentar a capacidade de adaptação e organização do Exército; (e) prover trabalho para os dependentes dos militares; e (f) assim, aprimorar a preparação estratégica do país (MULVENON, 2001, p. 58).

No que concerne a indústria de defesa propriamente dita, o processo de modernização que se iniciou em 1979 estava interligado com a modernização militar na China. Deng e seus aliados tomaram a decisão de colocar a ciência e tecnologia militar a serviço das demais modernizações, enquanto continuou-se a buscar o aprimoramento e modernização das forças convencionais e nucleares (GURTOV, 1993, p. 220). Assim que, nas palavras de dois economistas de defesa chineses o processo se deu “para ligar organicamente a construção de defesa com o desenvolvimento econômico nacional e para usar as tecnologias da indústria militar para o desenvolvimento da causa da paz e o benefício da humanidade” (JIN; CHAI, 1990²⁵ apud GURTOV, 1993, p. 215)²⁶.

Nesse sentido, cabe notar que as indústrias da Terceira Linha de Defesa possuíam grande escala e formavam conglomerados que combinavam indústrias pesadas com institutos de pesquisa e redes de transporte. Assim, acabavam por deter também mais tecnologias avançadas e mão de obra qualificada que na indústria civil. Por isso, a partir do anúncio da reforma econômica, Deng propusera que essas indústrias dessem suporte a produção civil, empregando metade, ou até dois terços de seus trabalhadores na produção de bens para uso civil. Além disso,

²⁵ Jin Zhude and Chai Benliang, “China’s experience: a case study”. Paper prepared for the United Nations Conference on Conversion. Moscow, 13-17 August 1990.

²⁶ Tradução nossa do original em inglês.

visava-se atingir uma maior autonomia na produção de tecnologias e menor dependência do capital estrangeiro o mais rápido possível. Assim, a conversão da produção era vista como um meio de promover uma substituição de importações de certos bens, para que assim fosse possível obter receita para adquirir tecnologias de uso dual (GURTOV, 1993, p. 218).

O Complexo Militar de Negócios da China durou até 1998, quando as fábricas e fazendas do ELP foram desligadas das unidades militares e passaram para o controle civil. Cabe ressaltar que, durante o período em que existiu, o Complexo Militar de Negócios da China passou por algumas reestruturações em sua estrutura organizacional.

Nos anos 1960, as indústrias chinesas eram controladas por oito ministérios de construção de máquinas, seis deles se encarregavam da produção de armamentos específicos. A coordenação da produção ficava a cargo do Escritório de Indústrias de Defesa Nacional (National Defence Industries Office – NDIO), enquanto o P&D militar, o financiamento, o treinamento e os testes de sistemas de armas ficavam a cargo da Comissão de Ciência e Tecnologia de Defesa Nacional (National Defence Science and Technology Commission – NDSTC), sendo que as duas reportavam à Comissão Militar Central. Em 1982, entretanto, os ministérios haviam sido diminuídos para sete e todos reportavam à liderança civil. A NDSTC e o NDIO foram fundidos e passaram a formar a Comissão de Ciência Tecnologia e Indústria para Defesa Nacional. Essa comissão desempenhou um papel central na coordenação das atividades de produção das fábricas militares a partir dos anos 1980 (GURTOV, 1993, p. 223-224).

A partir de 1989, problemas de corrupção que acabaram derivando do envolvimento em atividades comerciais, fizeram com que passasse ao centro das discussões a necessidade de uma retificação nas estruturas de comando das empresas do ELP. Assim, em 1991, um documento lançado pela Comissão Militar Central, intitulado “Opinião sobre a Gerência Centralizada das Empresas Militares” indicava uma série de medidas referentes à gerência das empresas militares com objetivo de diminuir o envolvimento dos quadros militares nas negociações comerciais (MULVENON, 2001, p. 72).

De 1990 a 1995, a participação do ELP na atividade de produção passou a ser guiada pelo slogan “qualidade, variedade e eficiência”, demonstrando uma ênfase na produção de bens de alta qualidade com uma expansão quantitativa mais controlada. Assim, a economia militar tem nesse período suas menores taxas de crescimento, com a produção crescendo cerca de 10% (MULVENON, 2001, p. 72).

Em 1998, esse quadro mudaria, e teria um fim o chamado Complexo Militar de Negócios chinês. Lee (2006), observa que esse acontecimento, que ficou conhecido como Ato

de Alienação (Divestiture Act) teve razões de nível micro e macro. No nível micro estava o desvio de pessoal militar de sua atividade principal para o envolvimento em atividades empresariais e comerciais, além dos vários problemas com a imagem do ELP devido à corrupção. Já no nível macro, percebe-se que, ao final da década de 90, a China já estava adentrando em um estágio de maturidade das reformas econômicas. Assim, nas palavras do autor

Entretanto, mais importante, os fatores a nível macro que influenciaram a ordem de alienação têm a ver com a Grande Estratégia nacional. Tanto a entrada em larga escala das Forças Armadas (1979), quanto a saída (1998) podem ser explicadas no contexto das reformas econômicas daquela época. Em outras palavras, os líderes do PCCh efetivamente utilizaram o ELP durante o período crítico de transição da transformação de uma economia socialista para uma mais aparentada a uma economia de mercado. Quando essa economia começou a amadurecer no final dos anos 1990, a necessidade do envolvimento militar direto em atividades comerciais declinou significativamente. (LEE, 2006, p. 438)²⁷

Portanto, o engajamento direto em atividades econômicas por parte do ELP, que até então fora crucial na promoção do desenvolvimento no período crítico de transição, já não era necessária. Cabe notar ainda que essa medida foi implementada logo após a completa transferência do poder da terceira para a quarta geração de líderes civis. Assim que após a morte de Deng em 1997, o poder foi transferido do último quadro de revolucionários que restavam no partido para um tecnocrata, Jiang Zemin, que não tivera a experiência militar direta da época da revolução. Desse modo, segundo Lee (2006, p. 440) o ato também significava o exercício do controle civil sobre as Forças. Assim, as empresas que pertenciam ao ELP passaram naquele momento para o controle civil, tornando-se empresas estatais ou ligadas aos governos locais.

Como indica Lee (2006, p. 438)

O Partido Comunista da China (PCC) efetivamente e estrategicamente usou o aparato militar no desenvolvimento da economia nacional. Particularmente, durante a reforma econômica de 1979, Deng Xiaoping subjetivamente usou as forças armadas como precursoras da economia de mercado, mas ao mesmo tempo, buscou profissionalizá-las.²⁸

4.3 A Indústria de Defesa após 1998: desenvolvimentos recentes

As especificidades do Complexo Militar de Negócios chinês, sem dúvida, conformaram um caso único. As suas atividades foram muito maiores que o encontrado em qualquer outro caso, compreendendo aproximadamente 10 mil empresas e 700 mil empregados em 1990. Como afirmado anteriormente, acredita-se aqui que essa configuração específica esteve

²⁷ Tradução nossa do original em inglês.

²⁸ Tradução nossa do original em inglês.

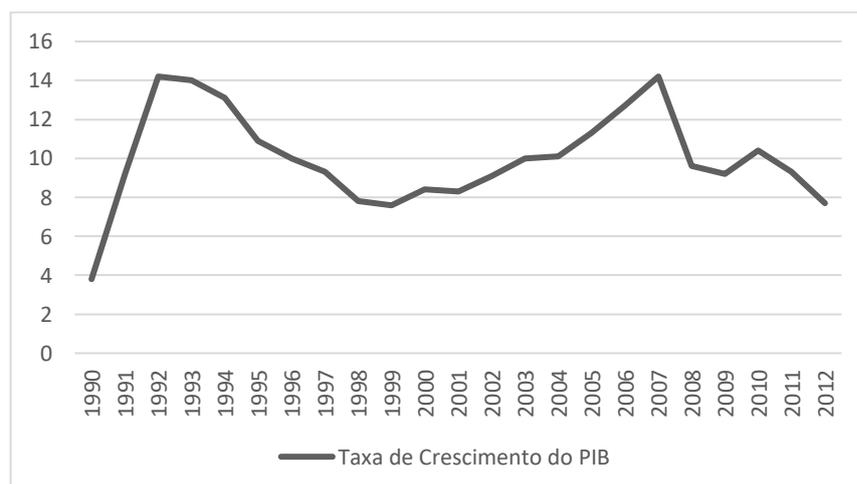
relacionada ao esforço de reforma econômica, em que o ELP enquanto instituição juntamente com suas empresas de produção civil e militar desempenharam um papel crucial.

No plano internacional, a eclosão da Terceira Crise do Estreito de Taiwan ensejaria um novo ímpeto a modernização militar na China. Pouco tempo antes das eleições de 1996, o candidato pró-independência taiwanês, Lee-Teng Hui, viajou para os Estados Unidos. A interpretação chinesa foi de que o objetivo da viagem fora a busca por suporte do Congresso estadunidense para uma tentativa de independência política de Taiwan. Assim, eclode a crise com uma série de exercícios militares da RPC como sinal da indisposição da China em aceitar a independência da ilha. A resposta estadunidense deu-se com o envio de porta-aviões para o estreito. A incapacidade chinesa de lidar com essa situação demonstraria a necessidade latente de modernização das Forças Armadas chinesas.

As reformas que passaram a ser adotadas a partir de 1998 possuíam uma série de objetivos tanto de alterações estruturais nas instituições, quanto operacionais em toda a indústria de defesa da China. De modo geral, visava-se centralizar e estandardizar a aquisição de armamentos a nível governamental, enquanto se descentralizava a administração das empresas (MEDEIROS et al, 2005, p. 28).

Faz-se necessário destacar que o foco central da indústria de defesa no período que vai de 1979 até 1998, como descrito na seção anterior, fora a reforma da economia chinesa, sendo que uma grande parte de sua estrutura foi voltada a produção de bens de uso civil, visando uma espécie de substituição de importações. Uma vez que as reformas pareciam ter atingido suas metas, preparando o terreno para a performance de altas taxas de crescimento da economia chinesa, observadas a partir dos anos 1990 (Gráfico 1), a Grande Estratégia também adquire novos objetivos.

Gráfico 1: Taxa de Crescimento do PIB chinês entre 1990 e 2012



Fonte: Gráfico de Damas (2014, p. 105)

Por isso, a partir da década de 1990, para reverter o quadro de deficiência no que dizia respeito ao aparelhamento do ELP, o orçamento de defesa passou a crescer significativamente, amparado pelo desempenho do PIB. Entre 1990 e 2003 a parcela do orçamento governamental destinada à aquisição de equipamentos de defesa passou de 16,3% para 34%, e, entre 1997 e 2003, o montante do financiamento de defesa cresceu 153% (MEDEIROS et al, 2005, p. 22).

A Grande Estratégia de Beijing, no que dizia respeito à indústria de defesa, passou então a perseguir três elementos. Em primeiro lugar, a Modernização Seletiva, que dizia respeito à ideia de que o tamanho da economia chinesa e seu nível tecnológico tornavam muito custosa a aquisição de capacidades para produção de sistemas avançados em todas as categorias de sistemas existentes. Assim, enfatizou-se o fortalecimento das capacidades aeroespaciais chinesas, com produção de mísseis e tecnologia eletrônica. Além disso, foca-se também nas tecnologias de Comando, Controle, Computadores, Comunicações e Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR) necessárias para a realização do que ficou conhecido como A2AD (Anti-Acesso e Negação de Área) (MEDEIROS, 2005, p. 25).

O segundo elemento diz respeito a integração civil-militar. A ideia seria de que a integração da produção civil e militar seria um fator chave para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa da China. A participação no comércio passa a ser vista como meio de adquirir equipamentos de uso dual e *know-how* para ser usado na produção de sistemas de armas (MEDEIROS et al, 2005, p. 26).

Por fim, o último elemento diz respeito a aquisição de tecnologias. A importação de tecnologia de ponta é vista como essencial para que o país possa aprender a desenvolvê-las internamente e então produzir equipamentos no estado da arte (MEDEIROS et al, 2005, p. 26).

Cabe destacar que a partir da década de 1990 o mundo testemunhou um período de grande crescimento na China e, com isso, a transformação da inserção internacional do país no mundo. Assim que, nas palavras de Kissinger

Perto do fim da década, o que antes parecera uma perspectiva improvável tornara-se realidade. Durante toda a década a China cresceu a uma taxa não inferior a 7% ao ano e muitas vezes a taxa de dois dígitos, continuando um crescimento no PIB per capita que se situa entre os mais duradouros e poderosos da história. Perto do fim da década de 1990, a renda média era de aproximadamente três vezes o que fora em 1978; em áreas urbanas, o nível de rendimento cresceu ainda mais drasticamente, cerca de cinco vezes o nível de 1978 (KISSINGER, 2011, p. 460).

Essas grandes mudanças na China impactaram seu papel no comércio com países vizinhos. O papel econômico regional que o país passou a desempenhar tornou-se cada vez mais central. Como uma nova fortaleza de crescimento econômico, a China foi poupada dos efeitos da crise financeira asiática (1997-1998), tendo sua estabilidade garantida. Assim, a

China passou a ser “cada vez mais um proponente independente de suas próprias soluções – e uma fonte de auxílio emergencial para outras economias em crise” (KISSINGER, 2011, p. 461).

No que tange à indústria de defesa, a busca pela integração civil militar evidencia-se na retroalimentação entre os setores aeroespacial, as indústrias petrolíferas, de engenharia química, produção de máquinas, entre outros setores, que evidenciam o uso dual das tecnologias adquiridas e demonstram, assim, a busca pela ligação entre a modernização militar e a modernização do Estado chinês de modo geral. Além disso, dois dados significativos indicam o sucesso da estratégia do país para aquisição de tecnologia e desenvolvimento de sistemas de armas mais avançados. Entre 2010 e 2014, a China reduziu suas importações no setor de defesa em 42% e, ademais, passou ao lugar de 3º maior exportador do mundo, atrás dos EUA e da Rússia (LIY, 2015).

4.4 Conclusões Preliminares

Este capítulo teve por objetivo delinear o percurso de modernização do Estado Chinês evidenciando o importante papel desempenhado pelo ELP, enquanto instituição, bem como por suas empresas envolvidas tanto em produção de bens militares quanto civis. Assim, conclui-se preliminarmente que o caso chinês demonstrou uma ampla integração entre as instituições que possibilitou que os objetivos da Grande Estratégia chinesa fossem alcançados. Desse modo, tanto o envolvimento do ELP com as atividades de produção e comércio, quanto o posterior desligamento das empresas de suas unidades militares responderam a diferentes necessidades vistas como prioridades estratégicas em cada período. Desse modo, é possível dizer que o processo descrito nesse capítulo contribuiu significativamente para que a China se projetasse de maneira excepcional no cenário internacional nas últimas décadas.

5 CONCLUSÃO

Os capítulos deste trabalho buscaram descrever três estudos de caso em que foi possível identificar a existência de uma correlação entre as variáveis indústria de defesa, desenvolvimento socioeconômico e inserção internacional.

Assim, para concluir esse estudo, primeiramente parte-se para a avaliação das hipóteses propostas na introdução. A primeira hipótese dizia respeito a utilização da indústria de defesa como um instrumento de aplicação das políticas socioeconômicas.

No primeiro caso analisado, o do Reino Unido, verificou-se que a disseminação da industrialização representou a perda da primazia industrial britânica em um período em que a interação entre a indústria e os setores militares fez com que esse processo culminasse na erosão da segurança estratégica do Reino Unido. Diante desse quadro, e aliado ao fortalecimento dos movimentos trabalhistas britânicos, o governo encontrou na Indústria Naval um meio de reverter essa situação. Através de contratos governamentais com empresas privadas houve um grande estímulo a recuperação de setores da indústria britânica, ao mesmo tempo que se gerou um número significativo de empregos. Nesse sentido, entende-se que a análise desse caso corrobora com a hipótese apresentada.

O segundo caso analisado foi o dos EUA. Concluiu-se do exposto no capítulo que o surgimento da BID nos EUA, para além do estímulo da Segunda Guerra e da Guerra Fria, foi também uma decisão deliberada do Estado, que entendeu que os gastos em defesa poderiam cumprir um importante papel no reaquecimento da economia estadunidense que passava por um grave quadro de subutilização e desemprego em decorrência da Crise de 29. Nesse sentido, a hipótese também pode ser corroborada.

Por fim, analisou-se o caso chinês. Este é o que mais difere entre os três casos analisados. Concluiu-se desta análise que o ELP, enquanto instituição, desempenhou, desde o início da RPC, um papel fundamental na estruturação do Estado. Assim, quando Deng empreendeu o esforço de reforma econômica houve uma participação crucial das empresas do ELP na inserção da economia chinesa em uma lógica de mercado. Nesse sentido, passou-se por um esforço de conversão de algumas indústrias de produção de bens militares que passaram a produzir bens de consumo civil, com intuito de diminuir importações e focar na aquisição de tecnologias importantes para o desenvolvimento e modernização do ELP e do Estado em geral. Quando a transição econômica foi completada, as indústrias do ELP, inclusive as de defesa, foram desligadas de suas unidades militares e passam para o controle de governos de municipalidades e províncias, respondendo a uma nova estratégia. Assim, o que se concluiu do

caso chinês foi que não apenas as indústrias de defesa, mas o ELP enquanto instituição estavam altamente integrados na promoção dos objetivos estratégicos da China do ponto de vista econômico. Por isso, ainda que o caso seja bastante diferente dos outros dois, ele também corrobora com a hipótese. Desse modo, confirma-se a ideia de utilização da indústria de defesa como instrumento de promoção de objetivos econômicos nos três casos.

A segunda hipótese dizia respeito ao desenvolvimento tecnológico, indicando que as políticas adotadas em relação a indústria de defesa teriam servido para a obtenção dos Centros de Decisão Econômica.

No caso do Reino Unido, percebeu-se que os incentivos à indústria naval representaram a recuperação do setor siderúrgico do país, na época um Centro de Decisão. Além disso, a interação do almirantado com a indústria de defesa no período representou uma mudança no padrão de inovações tecnológicas, que passaram a ser lideradas pelo setor militar. O Dreadnought aparece aqui como o referente, pois era o navio mais avançado tecnologicamente de sua época. Assim, o caso do Reino Unido corrobora também a segunda hipótese do trabalho.

O caso estadunidense, por sua vez, demonstrou que a criação de diversas agências com a finalidade de estimular a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para o setor militar foi fundamental para as inovações na economia dos EUA. A indústria aeroespacial, além de ter determinado a evolução de variadas tecnologias, criou bases para o surgimento de novas indústrias que definiriam o futuro dos EUA e do mundo. A referência utilizada foram as tecnologias introduzidas em bombardeiros como o B-29, como radares, motores de alta performance e avanços significativos de engenharia e metalurgia, além de terem gerado inovações nas estruturas organizacionais das fábricas. Desse modo, evidencia-se que o caso dos EUA também corrobora com a hipótese proposta.

Por fim, o caso da China demonstrou que o processo ocorrido no período Deng tinha por objetivo promover uma espécie de substituição de importações, para possibilitar a aquisição de tecnologias de ponta. Nesse período, foi possível o desenvolvimento dos setores de microeletrônica, importante centro de decisão da era da informação, e também o nuclear. Após 1998, com o fim do Complexo Militar de Negócios, apostou-se na integração civil militar e no desenvolvimento de tecnologias duais. Aqui, destaca-se a indústria aeroespacial e sua intersecção com as indústrias petrolífera e química, por exemplo. Assim, é possível concluir que as diferentes formas de utilização da indústria de defesa na China estavam em consonância com a Grande Estratégia e foram cruciais para os avanços tecnológicos. Dessa forma, a segunda hipótese do trabalho também foi corroborada pelos três casos.

A última hipótese apresentada dizia respeito à inserção internacional de cada país. Formulou-se que a conjunção das políticas de defesa com a estratégia de desenvolvimento foi efetiva para manter (Reino Unido), ampliar (EUA) ou projetar (China) a inserção internacional de cada país nos períodos analisados.

No caso do Reino Unido, demonstrou-se que a perda da primazia industrial britânica, ainda no século XIX, representara a erosão de sua segurança estratégica. Assim, o impulsionamento da construção naval logrou manter a hegemonia britânica, tanto pelas capacidades militares quanto pela expansão econômica, estendendo essa posição até a Primeira Guerra Mundial.

No caso dos EUA, verificou-se que o país, apesar da grande relevância, que já possibilitava caracterizá-lo como uma potência, mantinha uma postura isolacionista no sistema internacional. A eclosão da Segunda Guerra e a conjunção da expansão do poder econômico com o poder militar estadunidense possibilitam que o país se tornasse uma superpotência e, além disso, transbordasse seu pacto social interno para o nível global através dos acordos de Bretton Woods. Por isso, indica-se que foi significativamente ampliada a influência internacional dos EUA no período.

O caso da China, por sua vez, demonstrou que o ELP e suas indústrias, inclusive as de defesa, tiveram um papel crucial na condução da reforma econômica empreendida por Deng. Desse modo, o exponencial crescimento da China a partir da década de 1990, que fez com que o mundo voltasse seus olhos para o país, foi também produto dos esforços postos a cargo do ELP e de suas indústrias. Assim, a projeção da China, que já na crise asiática do fim dos anos 1990 demonstra sua importância regional, foi possibilitada pela conjunção dos esforços econômico e militar.

Assim, conclui-se que apesar de os três casos apresentarem significativas diferenças, é possível identificar a validação das hipóteses apresentadas. Além disso, indica-se que o que parece ser a grande semelhança entre os três casos é o fato de que houve um esforço deliberado por parte do Estado que, através da integração dos esforços econômicos e militares, possibilitaram que a Grande Estratégia dos três países atingisse seu objetivo no período, impactando de forma importante na posição desses Estados no sistema internacional e na relevância dada a eles pelos demais atores.

Importa notar também, que nos casos do Reino Unido e dos EUA foi possível perceber que os desdobramentos posteriores, que levaram a perda da centralidade da indústria de defesa no processo de desenvolvimento, estiveram relacionados com uma espécie de separação das esferas econômica e militar do Estado. Assim, a Grande Estratégia adquire uma ênfase na

perseguição de uma moeda forte e de credibilidade financeira. No caso do Reino Unido isso se traduziu em cortes dos gastos com defesa e na assinatura do Tratado Naval de Washington. No caso estadunidense, a despeito da elevação dos gastos governamentais com defesa, o processo de concentração de mercado e encarecimento excessivo dos sistemas acabou gerando uma perda da utilidade desses gastos para o desenvolvimento.

Pretende-se agora extrair dessa análise algumas conclusões para o Brasil. É possível dizer que o arranjo que foi proposto pela Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Nº 6.703) muito se assemelha com o que foi observado nos estudos de caso analisados. Ou seja, uma profunda integração dos objetivos de desenvolvimento e defesa nacional, com objetivo de dar consecução a uma inserção mais autônoma do Brasil no sistema internacional e a uma postura de política externa mais ativa.

Além disso, a relevância desse arranjo para o Brasil pode ser identificada na necessidade de criação de sujeitos econômicos que estejam a serviço dos objetivos estratégicos do país. As altas taxas de juros no Brasil inibem um aumento relevante dos níveis de investimento. Assim, acredita-se que a demanda de material militar e produtos de defesa por parte do Estado se revelam como uma atividade possível de geração de emprego e renda e de estímulo a inovação tecnológica.

Acredita-se que a possibilidade de ocorrência desse arranjo em diferentes realidades foi demonstrada nos estudos de caso propostos. Certamente, nenhuma das experiências analisadas serve como um modelo para o Brasil, que possui especificidades históricas e diferenças na própria composição da indústria. Ainda assim, procurou-se demonstrar que a lógica substancial de integração dos objetivos do desenvolvimento com a defesa para conquista dos objetivos da Grande Estratégia esteve como pano de fundo dos três casos analisados. Fica ainda em aberto um estudo mais aprofundado das especificidades do caso brasileiro para avaliar como um arranjo desse tipo poderia ser construído e colocado a serviço do desenvolvimento do país.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rodrigo Torres de. **Construção e Expansão do Complexo Industrial-Militar Norte-Americano: Um passo em direção ao poder global**. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Rio Branco: Grande Estratégia e o Poder Naval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BERNANKE, Ben. **Remarks by Governor Ben S. Bernanke: Money, Gold and the Great Depression**. At the H. Parker Willis Lecture in Economic Policy, Washington and Lee University, Lexington, Virginia. Março de 2004. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2004/200403022/default.htm>> Acesso em: 03 de novembro de 2016.
- BUENO, Eduardo Urbanski. **Paradigmas Técnico Econômicos, Pactos de Elites e o Sistema Monetário Internacional**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BRASIL, **Decreto Nº 5.484**, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> Acesso em: 14 de abril de 2016.
- _____, **Decreto Nº 6.703**, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm> Acesso em: 14 de abril de 2016.
- _____, **Decreto Nº 7.438**, de 11 de fevereiro de 2011. Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes àquele Livro, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7438.htm> Acesso em: 14 de abril de 2016.
- BRASSEUL, Jacques. **História Econômica do Mundo**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010.
- BUCHANAN, Patrick J. **Churchill, Hitler e a “Guerra Desnecessária”**. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2008.
- CHURCHILL, Winston S. **The World Crisis**. London: Thornton Butterworth, 1931.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CROUCH, Tom D. **Asas: Uma História da Aviação, das Pipas a Era Espacial**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

- DEHUI, Peng. My Story of the Korean War. In: LI, Xiaobing; MILLETT, Allan R.; YU, Bin (Ed.). **Mao's Generals Remember Korea**. Lawrence: University Press Of Kansas, 2001. p. 30-37.
- EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ENGEL, Jeffrey A. **The Surly Bonds: American Cold War Constraints on British Aviation**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas para quê?** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1988.
- FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- GANSLER, Jacques S. **Democracy's Arsenal: Creating a Twenty-First-Century Defense Industry**. Cambridge: MIT, 2011.
- GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the international economic order**. United Kingdom: Princeton University Press, 2001.
- GILPIN, Robert. **A Economia Política das relações Internacionais**. Brasília: UNB, 2002
- GLOBAL SECURITY. **British Naval Policy - 1890-1920**. Global Security, 2011. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/uk-rn-policy2.htm>>. Acesso em: 06 set. 2016.
- GLOBAL SECURITY. **The Royal Navy in the Great War - Submarines**. Global Security, 2011. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/uk-rn-policy3-2.htm>>. Acesso em: 25 out. 2016.
- GOODSPEED, Donald James. **Ludendorff: Soldado, Ditador, Revolucionário**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- GURTOV, Mel. Swords into Market Shares: China's Conversion of Military Industry to Civilian Production. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 134, n. 1, p.213-241, jun. 1993.
- HARTLEY, Keith. **The Economics of Defence Policy: A New Perspective**. New York: Routledge, 2011.
- HARTUNG, William D. **Prophets of War: Lockheed Martin and the Making of the Military-Industrial Complex**. New York: Nation Books, 2011.
- HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U.S. Foreign Policy since 1776**. Oxford University Press, 2008.
- HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- IAKOLEV, N. N. **Os Homens da Casa Branca: De Truman a Reagan**. Lisboa: Avante, 1988.
- KALDOR, Nicholas. **Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

- KATZNELSON, I. **Fear Itself: The New Deal and the Origins of Our Time**. Nova York: Liveright Publishing Corporation, 2013.
- KENNEDY, David M. **Freedom from Fear: The American People in Depression and War, 1929-1945**. New York: Oxford University Press, 1999.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of British Naval Maestry**. London: Penguin Books, 1976.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KNIGHT, Neil. **Churchill Desmascarado**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAMBERT, Nicholas A. **Sir John Fisher's Naval Revolution**. Columbia: University of South Carolina Press, 1999.
- LEE, Dongmin. Chinese Civil-Military Relations: The Divestiture of People's Liberation Army Business Holdings. **Armed Forces & Society**, s.l., v.32, n.3, p.437-453, 2006.
- LEE, Dongmin, The Chinese Military as Modernization Agent? Continuing the Debate on the Role of Military in Non-Military Missions. In: **Western Political Science Association 2010 Annual Meeting Paper**. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1580316>> Acesso em: 14 de abril de 2016.
- LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LIY, Macarena Vidal. China já é o terceiro maior exportador mundial de armamentos. **El País Brasil**. Pequim, 17 mar. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/internacional/1426528783_134141.html>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- LÜTHI, Lorenz. **The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World**. Princeton: Princeton University Press, 2008a.
- LÜTHI, Lorenz. The Vietnam War and China's Third Line Defense Planning Before the Cultural Revolution, 1964-1966. In: **Journal of Cold War Studies**, Vol. 10, No. 1, 2008b.
- McKINNON, Ronald I. The Rules of the Game: International Money in Historical Perspective. **Journal of Economic Literature**, Vol. 31, No. 1, pp 1-44, Mar., 1993.
- MCNEILL, William. H. The Industrialization of War. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 8, n. 3, p. 203–213, Jul., 1982a.
- MCNEILL, William H. **The Pursuit of Power: Technology, Armed Force and Society since A.D. 1000**. Chicago: University Of Chicago Press, 1982b.
- MEDEIROS, Evan S. et al. **A New Direction for China's Defense Industry**. Santa Monica: Rand Corporation, 2005.

- MILWARD, Alan S. **War, Economy, and Society: 1939-1945**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- MONTEIRO, Góes. **A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército**. Rio de Janeiro: Adersen, 1934.
- MULVENON, James. **Soldiers of Fortune: The Rise and Fall of the Chinese Military-Business Complex, 1978-1998**. Nova Iorque: M. E. Sharpe, 2001.
- NAUGHTON, Barry. The Pattern and Legacy of Economic Growth in the Mao Era. In: LIEBERTHAL, Kenneth, et al (ed.) **Perspectives on Modern China: Four Anniversaries**. New York: M. E. Sharpe, 1991, pp. 226-254.
- PEDEN, G. C. **Arms, Economics and British Strategy: From Dreadnoughts to Hydrogen Bombs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PREBISCH, Raul. **The Economic Development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations Publication, 1950.
- ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2012.
- ROBERTS, Priscilla. **Reagan, Ronald Wilson (1911–2004)**. In: PAVELEC, Sterling Michael (Ed.). **The Military-Industrial Complex and American Society**. Santa Barbara: Abc-clio, 2010. p.250-253
- ROCKOFF, Hugh. **America's Economic Way of War**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.
- ROOSEVELT, Franklin D. **Radio Address to the Herald-Tribune Forum**. 1938. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=15557>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- SAMUELSON, Robert J. Great Depression. In: HENDERSON, David R (ed). **The Concise Encyclopedia of Economics**. Indianapolis: Liberty Fund, Inc, 2002. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc1/GreatDepression.html>> Acesso em: 2 nov. 2016
- SCHNEIDER, Greg; MERLE, Reane. **Reagan's Defense Buildup Bridged Military Eras: Huge Budgets Brought Life Back to Industry**. 2004. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A26273-2004Jun8.html>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SHERWOOD, Robert E. **Roosevelt e Hopkins: uma História da Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Editora UNB, 1998.
- SPECK, W. A. **História Concisa da Grã-Bretanha: 1707-1975**. São Paulo: EDIPRO, 2013.
- SQUEFF, Gabriel C. **Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro**. IPEA – Texto para Discussão, n.1.747.
- SUMIDA, Jon T. **In Defence of Naval Supremacy: Finance, Technology, and British Naval Policy 1889-1914**. Annapolis: Naval Institute Press, 2014.

SUMIDA, Jon T. Geography, Technology and British Naval Strategy in the Dreadnought Era. **Naval War College Review**, Newport, v. 59, n. 3, p.89-102, Summer 2006. Trimestral.

TASSAVA, Christopher J. (Arizona). Economic History Association. **The American Economy during World War II**. Disponível em: <<https://eh.net/encyclopedia/the-american-economy-during-world-war-ii/>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

TERRES, Helena Marcon. **Base Industrial de Defesa: Experiência Estadunidense e Desenvolvimento Socioeconômico (1930-1990)**. 2015. Trabalho de Conclusão (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

UNITED KINGDOM. An Act for reducing the Rate of Interest on the National Debt. **National Debt (conversion) Act**. London, Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1888/2/pdfs/ukpga_18880002_en.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VANDER-MEULEN, Jacob. **Building the B-29**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995.

VISENTINI, Paulo G. F. **A Grande Crise: A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992.

WATTS, Barry D. **The US Defense Industrial Base: Past, Present and Future**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2008.

WHITSON, W. W. **Chinese Nuclear Strategic Policies, 1958-1972: The Impact of External Threats, Internal Politics and Technology (U)**. Santa Monica: Rand Corporation, 1973.

YU, Bin. What China Learned from its "Forgotten War" in Korea. In: LI, Xiaobing; MILLETT, Allan R.; YU, Bin (Ed.). **Mao's Generals Remember Korea**. Lawrence: University Press Of Kansas, 2001. p. 9-29.